

Giancarlo Décio Calliari

**Grau de adesão dos gestores às
recomendações de auditoria interna – estudo
de caso no Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Farroupilha**

MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dezembro 20**18**

Giancarlo Décio Calliari

**Grau de adesão dos gestores às
recomendações de auditoria interna – estudo
de caso no Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia Farroupilha**

Projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
MESTRE

Orientação

Professora Doutora Paula Cristina Romão Pereira

MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dezembro 20**18**

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa aos profissionais da educação e a todos os servidores públicos que, por vocação, tem como missão de servir à sociedade, da melhor forma que puderem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Doutora Carla Comerlato Jardim, à Presidente do Instituto Politécnico do Porto, Doutora Rosário Gamboa e à presidente da Escola Superior de Educação, Doutora Prudência Maria Fernandes Antão Coimbra e a todos os profissionais que possibilitaram esse intercâmbio entre Brasil e Portugal;

Agradeço a orientação da Doutora Paula Cristina Romão Pereira;

Agradeço a coorientação do Doutor Adriano Wagner;

Agradeço às Doutoradas Caroline Calliari e Káryn Calliari pelas orientações informais;

Agradeço aos colegas do intercâmbio pelas ajudas e pelo companheirismo.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral avaliar o grau de adesão da gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar às recomendações da Unidade de Auditoria Interna – AUDIN e propor melhorias para reforçar o grau de adesão. Os objetivos específicos foram (1) identificar as recomendações feitas pela AUDIN nos exercícios de 2016 e 2017; (2) fazer o levantamento do número de recomendações referentes aos exercícios de 2016 e 2017 que foram implementadas total ou parcialmente e identificar quais foram essas recomendações; (3) analisar a relação entre as recomendações realizadas e as implementadas para verificar o grau de adesão; (4) procurar a percepção da gestão sobre eventuais dificuldades na aplicabilidade das recomendações e (5) propor melhorias para reforçar os graus de adesão. A investigação foi realizada no IFFar. Adotou-se uma abordagem qualitativa na forma de um estudo de caso. Os procedimentos para a recolha de dados foram a pesquisa documental e o inquérito por questionário, eletrônico, o qual teve a participação do corpo de gestores do IFFar. Os resultados demonstraram que o grau de adesão é muito baixo. Foram propostas melhorias como a implementação do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal; a realização de ações administrativas com o objetivo de aumentar a transparência da AUDIN; a realização de ações de formação para os gestores; a abertura de canais de comunicação e ainda que a AUDIN auxilie fortemente na monitorização das suas recomendações.

PALAVRAS-CHAVE: auditoria; auditoria interna; recomendações de auditoria interna.

ABSTRACT

This research had as general objective to evaluate the degree of adhesion of the management of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar to the recommendations of the Internal Audit Unit – AUDIN and to propose improvements to reinforce the degree of adhesion. The specific objectives were (1) to identify the recommendations made by AUDIN in 2016 and 2017; (2) to survey the number of recommendations for the 2016 and 2017 exercises that were implemented in full or in part and to identify the recommendations; (3) to analyze the relationship between the recommendations made and those implemented to verify the degree of adherence; (4) to seek management's perception of possible difficulties in the applicability of recommendations and (5) to propose improvements to strengthen degrees of adherence. The research was conducted at IFFar. A qualitative approach was adopted in the form of a case study. The procedures for data collection were documental research and the electronic questionnaire survey, which was attended by IFFar's management team. The results showed that the degree of adhesion is very low. Improvements were proposed such as the implementation of the Technical Reference of the Internal Government Audit Activity of the Federal Executive Branch; the carrying out of administrative actions with the purpose of increasing the transparency of AUDIN; the implementation of training actions for managers; the opening of communication channels and even that AUDIN helps strongly in the monitoring of its recommendations.

KEY WORDS: audit; internal audit; internal audit recommendations.

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	xi
LISTA DE TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS	xiii
INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I – REVISÃO DE LITERATURA	3
1.1. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	3
1.2. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	9
1.3. Unidade de Auditoria Interna do IFFar – AUDIN	12
1.4. Auditoria em sentido amplo	15
1.4.1. Classificação de auditoria	16
1.4.1.1 Auditoria no âmbito privado	17
1.4.1.2 Auditoria governamental	19
1.5. Atividades de Auditoria Interna no IFFar	21
2. CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO	31
2.1. Problema e Objetivos	31
2.1.1. Justificação do problema proposto	32
2.1.2. Objetivos	34
2.2. Metodologia	34
2.2.1. Classificação da pesquisa	35
2.2.2. Recolha dos dados	37
2.3. Técnica de tratamento de dados a utilizar	43
2.4. Confiabilidade e validade	45
3. CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	47
3.1. Apresentação dos resultados da pesquisa documental ..	47
3.2. Apresentação dos resultados do inquérito por questionário	51
3.2.1. Seção 1: Caracterização pessoal e profissional	52

3.2.2.	Seção 2: Percepção sobre a AUDIN, enquanto um Setor do IFFar.	53
3.2.3.	Seção 3: Percepção sobre os <i>outputs</i> da AUDIN	56
3.2.4.	Seção 4: Possíveis melhorias nas relações entre gestão e AUDIN.	67
3.3.	Propostas de melhoria	76
4.	CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AUDIN – Unidade de Auditoria Interna do IFFar
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CGU – Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União
CNAI – Cadastron Nacional de Auditores Independentes
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
IFAC - *International Federation of Accountants*
Ifes – Instituições de Ensino Superior
IFFar – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Rio Grande do Sul
IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
IIA – *Institute of Internal Auditors*
INTOSAI - Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores
MP – Ministério Público
PAINT – Plano Anual de Atividades das Auditorias Internas
PPA – Plano Plurianual
RAINT – Relatório Anual de Atividades das Auditorias Internas
RG – Relatório de Gestão
SFCI – Secretaria Federal de Controle Interno
TCLE – Termo de consentimento livre e esclarecido

TCU – Tribunal de Contas da União

Uned – Unidade Descentralizada de Ensino

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabela 1: Consistência interna do questionário segundo o valor de alfa....	42
Tabela 2: Resumo das recomendações emitidas em 2016 e sua condição ipsis litteris.....	48
Tabela 3: Resumo das recomendações emitidas em 2016 e sua condição conforme a IN CGU 24/2015.	49
Tabela 4: Resumo das recomendações emitidas em 2017 e sua condição ipsis litteris.....	49
Tabela 5: Resumo das recomendações emitidas em 2017 e sua condição conforme IN CGU 24/2015.	50
Tabela 6: Resultado das recomendações atendidas/não atendidas em 2016/2017.....	50
Tabela 7: Pergunta 1.a – Qual o seu sexo?	52
Tabela 8: Pergunta 1.b – Qual a sua idade?.....	52
Tabela 9: Pergunta 1.c – Qual o seu cargo?.....	52
Tabela 10: Pergunta 1.d – Há quanto tempo está investido no cargo?	52
Tabela 11: Pergunta 1.e – Qual a sua formação (área)?.....	53
Tabela 12 - Medida de dispersão dos dados da seção 2.	55
Tabela 13 - Medida de dispersão dos dados da seção 3.	66
Tabela 14 – Medida de dispersão dos dados da seção 4.....	74
Tabela 15: Pergunta 4.d - Sentir-se-ia confortável com o acompanhamento períodico das recomendações pela AUDIN?	75
Figura 1: O crescimento da Rede de 1909 a 2016.	7
Figura 2: Instituições da Rede	8
Figura 3: Distribuição da população absoluta Brasil – 2010.....	9
Figura 4: O IFFar no território gaúcho.	11
Figura 5: Organograma da Reitoria do IFFar.....	13
Figura 6: Rito de execução de auditoria.	25
Figura 7: Fórmula do Coeficiente de Crombach.	42
Gráfico nº1: Pergunta 2.a - Conhece a localização da AUDIN no organograma do IFFar?.....	54
Gráfico nº2: Pergunta 2.b - Compreende a função da auditoria interna no IFFar?	55
Gráfico nº3: Pergunta 3.a - Quantas vezes as recomendações de auditoria interna chegaram até ao seu conhecimento?	56
Gráfico nº4: Pergunta 3.b - As recomendações de auditoria interna são de fácil compreensão?.....	57

Gráfico nº5: Pergunta 3.c - As recomendações de auditoria interna focam-se no essencial?.....	58
Gráfico nº6: Pergunta 3.d - As recomendações de auditoria interna são exequíveis?.....	59
Gráfico nº7: Pergunta 3.e - As recomendações de auditoria interna são de fácil implantação?	60
Gráfico nº8: Pergunta 3.f - As recomendações de auditoria interna indicam soluções que evitam que a situação verificada venha a ocorrer novamente?..	61
Gráfico nº9: Pergunta 3.g - As recomendações de auditoria interna tem capacidade de agregar valor à gestão?	62
Gráfico nº10: Pergunta 4.c - A AUDIN auxilia na monitorização das recomendações?	74
 Quadro 1: Metodologia COSO e os componentes mínimos a ser considerados pela AUDIN.....	23
Quadro 2: Matriz de planeamento de auditoria interna governamental	27
Quadro 3: Grau de adesão às recomendações da AUDIN.....	49
Quadro 4: Estruturação do questionário.....	51
Quadro 5: Agregação das categorias intermediárias das razões dos gestores para a não aplicação das recomendações de auditoria interna em categorias finais.	65
Quadro 6: Quadro de análise utilizada para estudar as razões da gestão para receber os relatórios de auditoria e a motivação para a AUDIN atender a estas razões, categorias iniciais.....	67
Quadro 7: Quadro de análise utilizada para estudar as razões da gestão para receber os relatórios de auditoria e a motivação para a AUDIN atender a estas razões, categorias iniciais, intermediárias e finais.....	69
Quadro 8: Quadro de análise utilizada para estudar as formas que se poderia ampliar a comunicação entre a AUDIN e a gestão, com as respostas e categorias iniciais.	71
Quadro 9 – Quadro de análise utilizada para estudar as formas que se poderia ampliar a comunicação entre a AUDIN e a gestão, com as categorias iniciais, intermediárias e finais.....	72

INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem uma caminhada de mais de um século desde a sua primeira proposição. Essa jornada culmina hoje nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Desde então foram muitos os entraves políticos e financeiros enfrentados por essa ideia de ensino gratuito e de qualidade, que, para chegar à atual configuração teve várias formas e estágios de desenvolvimento. O estágio atual é o dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, ramificados por todo o território nacional.

Como um órgão responsável por agregar valor à gestão destes Institutos, as Unidades de Auditoria Interna têm-se desenvolvido paralelamente e conjuntamente, tendo cada vez mais, uma atuação conjunta com a gestão.

Neste estudo de caso, especificamente sobre o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IFFar e a sua Unidade de Auditoria Interna – AUDIN, onde a principal via de comunicação entre a AUDIN e a gestão são os relatórios de auditoria interna, pretende-se pesquisar sobre as relações entre estes.

Para tanto, os objetivos específicos desta pesquisa são identificar as recomendações feitas pela AUDIN nos exercícios de 2016 e 2017; fazer o levantamento do número de recomendações referentes aos exercícios de 2016 e 2017 que foram implementadas total ou parcialmente e identificar quais foram essas recomendações; analisar a relação entre as recomendações realizadas e as implementadas para verificar o grau de adesão; procurar a percepção da gestão sobre eventuais dificuldades na aplicabilidade das recomendações e, propor melhorias para reforçar os graus de adesão, para então suportar uma resposta ao objetivo geral que é o de avaliar o grau de adesão da gestão do IFFar às recomendações da Unidade de Auditoria Interna e propor melhorias para reforçar o grau de adesão.

Abordar-se-á no primeiro capítulo o estudo empírico, ou, revisão de literatura, onde se descreve a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e o seu desenvolvimento histórico, que tem influência na sua estrutura administrativa atual, denominada Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Foca-se principalmente na questão de controlos, que são tratados do sentido amplo ao estrito, nos subcapítulos auditoria em sentido amplo, classificação de auditoria, até contextualizar a AUDIN e as suas atividades como um setor do IFFar.

Demonstra-se no segundo capítulo o problema de pesquisa e os objetivos desta, a justificação do problema proposto, a classificação metodológica da pesquisa e apresentam-se os métodos para levantamento e tratamento de dados, culminando na explanação sobre a sua confiabilidade e validade.

O terceiro capítulo trata da recolha e do tratamento de dados, recorrendo a quadros, tabelas e gráficos.

As considerações finais aparecem no capítulo quatro, onde se situa a pesquisa frente aos objetivos propostos e é realizada uma reflexão sobre os mesmos, ao cruzar os dados obtidos com a revisão de literatura e é avaliado o grau de adesão da gestão do IFFar às recomendações da Unidade de Auditoria Interna e são feitas propostas de melhorias para reforçar o grau de adesão. Por fim, seguem as referências bibliográficas, anexos e apêndices produzidos.

1. CAPITULO I – REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo pretende-se descrever o surgimento, desenvolvimento e evolução Legal e política da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia até a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar, com descrição da sua estrutura administrativa. Também pretende-se descrever a inserção da Unidade de Auditoria Interna do IFFar - AUDIN, descrevendo a sua posição na estrutura administrativa do IFFar, as suas competências e a sua autonomia relativa. Far-se-á, ainda, uma descrição breve de auditoria, em sentido amplo, culminando então na atuação da AUDIN dentro do IFFAR.

1.1. A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

O início da história da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica remonta ao ano de 1909, em que Nilo Peçanha assumiu a Presidência da República com a morte de Afonso Pena. Este havia, em 1906, criado o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, através do Decreto número 1.606, que, entre outros dispositivos, atribuía ao Ministério criado, o estudo e o despacho sobre o ensino profissional, academias de comércio e museu comercial.

Nilo Peçanha, então sétimo Presidente da República, deu seguimento a essa política e, através do Decreto número 7.566, de 23 de setembro 1909 criou a Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito.

Já era expressa no Decreto a necessidade de tornar os menos favorecidos aptos a enfrentar o mercado de trabalho pelo preparo técnico e intelectual, visto o aumento constante da população brasileira e a crescente concentração urbana.

Um dos problemas enfrentados por essa iniciativa foi a falta de professores qualificados, neste sentido observam Nascimento e Chamon (2013) que uma parte dos professores era proveniente de fábricas ou oficinas e detinham conhecimento prático, mas não o conhecimento teórico e, a outra parte, oriunda da rede pública, detinha somente o conhecimento teórico e não o prático.

Para resolver essa questão, conforme Cardoso (2005), criou-se, através do Decreto 1880, de 11 de agosto de 1917 a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, com o objetivo de habilitar professores para lecionarem nas escolas de aprendizes e artífices, dando assim continuidade à estruturação de uma rede de ensino.

Em 30 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei número 4.073, também conhecido como Lei orgânica do ensino industrial, articula o ensino profissional em contato com o nível médio, além do nível primário, além de assegurar aos portadores de diploma conferido em virtude de conclusão de curso técnico a possibilidade de ingresso em estabelecimento de ensino superior que estive ligado à área da formação técnica, mostrando uma evolução na rede de ensino técnico brasileira, ainda que restrita.

Essa restrição perdurou até o advento da Lei 1821, de 12 de março de 1953, que garantiu o direito à matrícula no ano inicial de qualquer curso superior para o interessado que, além de prestar o vestibular, tivesse concluído um dos cursos técnicos do ensino comercial, industrial ou agrícola, com a duração mínima de três anos, equiparando, efetivamente, o ensino técnico ao ensino científico.

Em 1978 houve a criação dos Centros Federais de Educação profissional e Tecnológica – CEFETs, com o advento da Lei número 6.545, de 30 de junho do mesmo ano, pela transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas

Gerais, do Paraná, e ainda da Escola Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro.

A novidade desta Lei é que, a partir de então, o ensino técnico brasileiro passou a ter como objetivo (também) ministrar ensino em grau superior de graduação e pós-graduação, de licenciatura plena e curta, além do 2º grau (médio) e promover pesquisa e extensão.

Para Pacheco (2011), isso consolidou uma experiência bem sucedida na formação de professores e ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e tecnológica.

Segundo o Ministério da Educação – MEC, com as mudanças no cenário econômico, a década de 1980 exigiu a diversificação de programas e cursos para poder atender às novas demandas trazidas pelas novas tecnologias utilizadas na produção e na prestação de serviços. A globalização chega ao Brasil.

Porém, as adaptações exigidas nos anos 1980 foram providenciadas a partir dos anos 1990, continuando nos anos 2000, com as Leis 8.948, de 08 de dezembro de 1994, que dispôs sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica; 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei das bases e diretrizes da educação nacional - LDB; pelos Decretos 2.208, de 14 de abril de 1997 e 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamentaram a LDB; pela Lei 11.195, de 11 de novembro de 2005, que ampliou as parcerias para o Sistema Nacional de Educação Tecnológica; pelo Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino e pelo Decreto 6.302, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Brasil Profissionalizado.

Essas ações talvez tenham gerado menor impacto imediato, mas prepararam o terreno para o grande salto na educação profissional e tecnológica, que foi dada pela efetivação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que segundo o MEC (2016) “presta um

serviço à nação, ao dar continuidade à sua missão (...) em colaboração com o setor produtivo”.

Formatada a partir das características, experiências e necessidades brasileiras e criada pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constituiu-se pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifes, pelos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs, pelas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e pelo Colégio Pedro II.

Naquele momento, deixaram de existir 31 centros federais de educação tecnológica - CEFETs, 75 Unidades descentralizadas de ensino - Uneds, 39 escolas agrotécnicas, sete escolas técnicas federais e oito escolas vinculadas a universidades para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

A referida lei classifica os Institutos Federais como instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, ainda especificando que devem ser especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, e ter como característica a conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos nas suas práticas pedagógicas.

Afirma Pacheco (2011) que é um modelo que contempla uma proposta pedagógica verticalizada, contemplando desde cursos técnicos até doutorados. Esse modelo procura derrubar a dicotomia entre o ensino científico e tecnológico arraigado no País, perpassando “trabalho, ciência e cultura na perspectiva da formação humana” (p. 15).

A organização em várias unidades e a clara divisão territorial pretendem respeitar as potencialidades e características regionais, visto o Brasil ser de dimensões continentais, com o fito de alavancar o desenvolvimento regionalizado segundo as suas vocações.

Essa rede surge como política pública e transparece a função de intervenção nas realidades locais e na sua conjunção o resgate da cidadania e

transformação social através da educação profissional e tecnológica. Surge ainda como rede social pelo compartilhamento dinâmico das trocas de saberes através da colaboração e da reestruturação de laços humanos.

Em cerimônia de inauguração de 30 escolas federais de educação e de 25 *campi* de 15 universidades federais, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva disse que “Conseguimos levar as universidades federais e as escolas de educação profissional das capitais para o interior do país”, afirmando então que a interiorização da educação estava acontecendo (MEC, 2010).

Esta interiorização do ensino aconteceu de forma gradativa entre o seu início, em 1909 até os anos de 2010, quando então teve um crescimento mais acelerado, como demonstra a Figura nº 1.

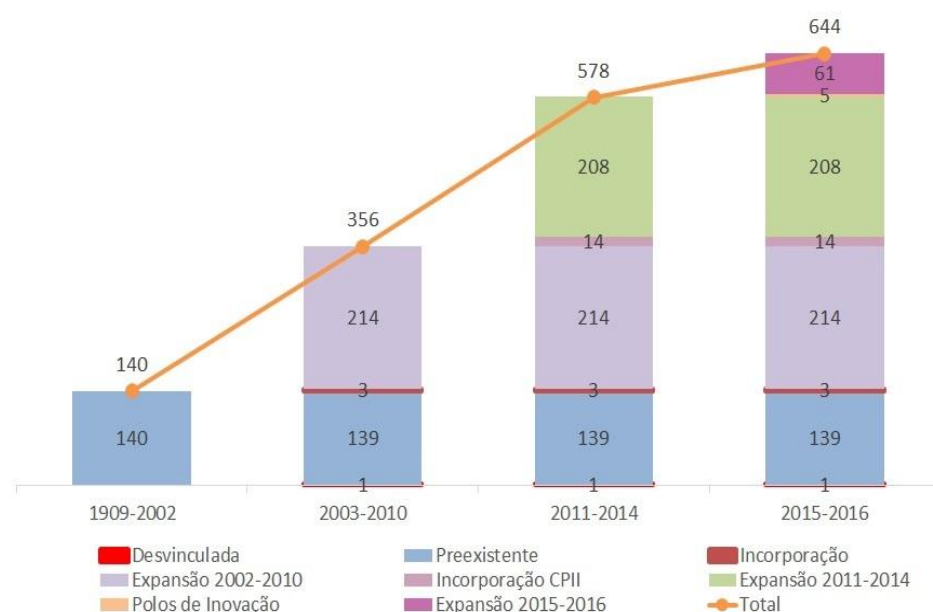


Figura 1: O crescimento da Rede de 1909 a 2016.

Fonte: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018 a Rede conta com 644 unidades no País e a sua distribuição geográfica das unidades que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil é conforme a Figura nº 2:



Figura 2: Instituições da Rede

Fonte: Portal da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Não obstante a política de interiorização do ensino houve o respeito à distribuição da população, observando o mapa abaixo da densidade demográfica e comparando-o com a capilarização da Rede Federal de Educação Profissional, Científico e tecnológico percebe-se que esta Rede veio a atender às áreas conforme a distribuição da população, demonstrado na Figura nº 3.

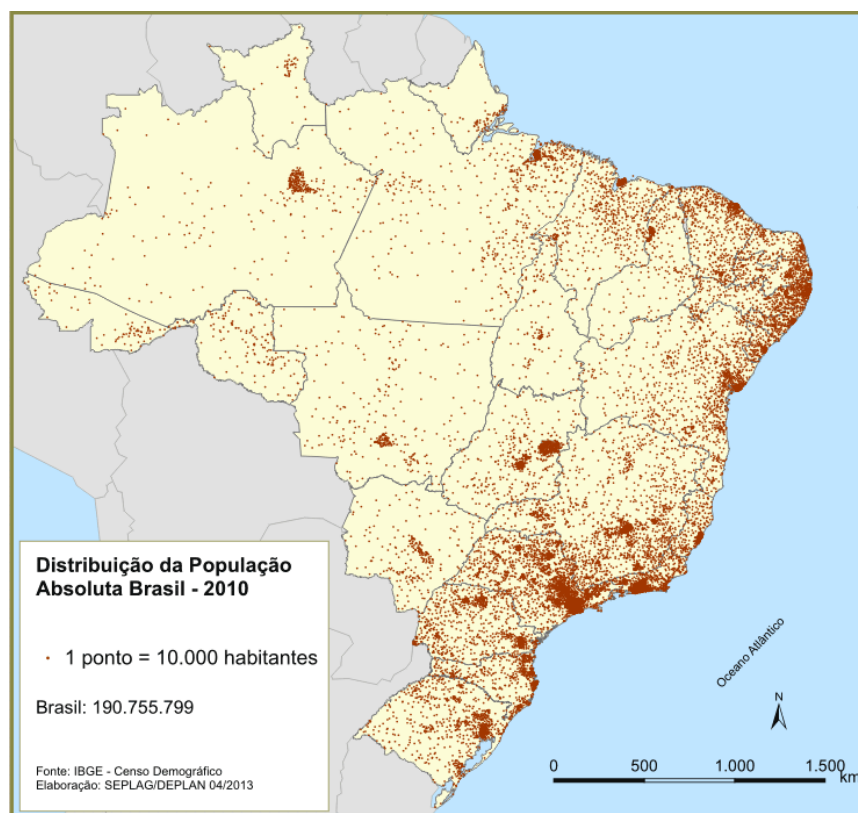


Figura 3: Distribuição da população absoluta Brasil – 2010.

Fonte: <http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/distribuicao-e-densidade-demografica>

1.2. O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia Farroupilha, objeto desta pesquisa, também teve a sua criação também pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e foi formado por meio da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, de sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e do acréscimo da Unidade Descentralizada de Ensino de Santo

Augusto que anteriormente pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, formando a primeira configuração do IFFAR. Após, foram criados outros *Campi*, a saber: São Borja, Santa Rosa, Panambi, Santo Ângelo, Frederico Westphalen, Jaguari e Uruguaiana.

Inserido no Estado do Rio Grande do Sul tem-se três Institutos Federais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSUL, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS e o IFFar, cada qual com uma região geográfica de atuação, ficando o IFFar com o noroeste do estado.

A distribuição geográfica da Reitoria e *campis* do IFFar é conforme a Figura nº 4:



Legenda:

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|
| 1. Reitoria | 11. <i>Campus</i> São Vicente do Sul |
| 2. <i>Campus</i> Alegrete | 12. <i>Campus</i> Avançado |
| 3. <i>Campus</i> Frederico Westphalen | Uruguaiana |
| 4. <i>Campus</i> Jaguari | Centros de Referência |
| 5. <i>Campus</i> Júlio de Castilhos | a. Candelária |
| 6. <i>Campus</i> Panambi | b. Carazinho |
| 7. <i>Campus</i> Santa Rosa | c. Não-Me-Toque |
| 8. <i>Campus</i> Santo Ângelo | d. Santiago |
| 9. <i>Campus</i> Santo Augusto | e. São Gabriel |
| 10. <i>Campus</i> São Borja | f. Três Passos |

Figura 4: O IFFar no território gaúcho.

Fonte: Portal do Instituto Federal Farroupilha.

A natureza jurídica de autarquia do Instituto Ihe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, ainda que relativas, e, segundo o Relatório de Gestão - RG 2017, conta com 1503 servidores e atende a 13.007 alunos (p. 40).

Importa frisar que o quadro de professores é composto majoritariamente por mestres (54,5%), seguidos de doutores (35,5%), especialistas (7,1%) e graduados com (2,8%).

O quadro de servidores Técnico-Administrativos em Educação compõe-se de graduados (37,7%), especialistas (31,4%), mestres (16,0%), nível médio (13%) e doutores (1,5%).

Segundo o balanço orçamentário de 2017, peça integrante do Relatório de Gestão do mesmo exercício, o Instituto teve uma execução orçamentária da ordem de 283 milhões de reais.

1.3. UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA DO IFFAR – AUDIN

A criação da AUDIN se deu em atendimento ao Decreto 3.591, de 06 de setembro de 2000, que, ao dispôr sobre o sistema de controle interno do Poder Executivo Federal atribuiu o dever das entidades da Administração Pública Federal Indireta organizarem as suas respectivas unidades de auditoria interna, e mais, as suprir com recursos humanos e materiais.

A Audin, conforme o Estatuto do IFFar, é a unidade de controle que detém a responsabilidade de fortalecer e assessorar a gestão, racionalizando as operações. Ainda atribui a função de apoio aos órgãos do Sistema Federal de Controle Interno – SFCI assim como ao Tribunal de Contas da União – TCU.

Conforme o Regimento Geral, a AUDIN é um órgão executivo, subordinado ao Conselho Superior e vinculado administrativamente ao dirigente máximo, conforme se reflete no organograma da Reitoria, exposto na Figura nº 5.

Federal de Controle Interno; acompanhar o atendimento às solicitações do SFCI e do TCU; elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN; revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área de competência, além de outras atividades correlatas.

Além destas, a Instrução Normativa do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União número 03, de 09 de junho de 2017, com vigência a partir de 09 de dezembro de 2017 trás novas competências, cumulativas com as anteriores, sendo elas: aumentar e proteger o valor organizacional; melhorar as operações; auxiliar na realização de objetivos; avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos e ainda fornecer avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em riscos.

Nota-se que, apesar de relativa autonomia administrativa, a AUDIN tem estrita orientação e supervisão técnica da AUDIN do SFCI, conforme expresso no Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovado pela Instrução Normativa do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União número 03, de 09 de junho de 2017, que passou a vigorar na data de 09 de dezembro do mesmo ano, revogando a Instrução Normativa SFC/MF número 01, de 06 de abril de 2001.

A AUDIN conta com dez auditores internos concursados, que compõe um corpo multidisciplinar, sendo quatro com formação em contabilidade, três em direito, dois em economia e um em administração, com tempo médio de exercício no cargo de auditor de sete anos.

1.4. Auditoria em sentido amplo

Para Attie (2011), auditoria é uma especialização contábil, que se ocupa em verificar, ou atestar, os controles patrimoniais e ainda gerar uma opinião sobre determinado escopo. Ainda, Sá (2007) define auditoria como uma tecnologia contábil a fim de tecer opinião após o exame sistemático de informações contábeis a qualquer tempo ou esfera. No entanto, aponta Avalos (2009), que as normas gerais de auditoria são emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

O CFC emite Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas, especificamente, aos contadores que atuam como auditores independentes e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas especificamente aos contadores que atuam como auditores internos, estas são normas destinadas à pessoa do contador enquanto investido em cargo de auditor.

Já em relação à atividade de auditoria, emite o CFC três normativos, separando a atividade de auditoria em independente, interna e pública. As normas são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria Independente, convergentes com as Normas Internacionais emitidas pela *International Federation of Accountants* – IFAC; Normas de Auditoria Interna, que são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis aos trabalhos de Auditoria Interna e as Normas de Auditoria Governamental, que são as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas à Auditoria Governamental convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria Governamental, emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores - INTOSAI.

Nota-se que para estes autores e órgão, a atividade de auditoria tem uma ligação estreita com a contabilidade, sendo descrita como especialização contábil e também como tecnologia contábil.

1.4.1. CLASSIFICAÇÃO DE AUDITORIA

Para se compreender as diversas auditorias possíveis são necessárias, de antemão, levantar algumas diferenças relevantes entre os setores público e privado.

A Constituição traz em seu bojo a obrigação de a administração pública cumprir aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Destes, o princípio da legalidade é basilar para se definir os tipos de auditoria, pois, num conceito guiado pelo elemento finalístico, Mazza (2011) afirma que a estrutura administrativa é o meio para a realização dos fins desejados pelo Estado, e a estrutura administrativa governamental é estruturada por meio de leis e normas.

Afirma Meirelles (1985) que o princípio da legalidade dita que o administrador público tem a obrigação aos mandamentos da Lei e do bem-estar comum, e, destes não pode abster-se, sob pena de praticar ato ilegal, inválido, ineficaz:

Na administração pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração privada é lícito fazer tudo o que a Lei não proíbe, na administração pública só é permitido fazer o que a Lei autoriza. A lei para o particular significa “pode fazer assim”; para o administrador público significa “deve fazer assim” (p. 60).

Definida a diferença da interpretação de legalidade entre as esferas pública e privada, pode-se dizer que há diversas formas de classificação de auditoria, dentre as quais destacamos a classificação segundo o âmbito (Araújo, 1988) e segundo as formas de intervenção (Sá, 2007), sendo os âmbitos o público e o privado (ou governamental) e como forma de intervenção as auditorias interna e externa (ou independente). Ao cruzar estas classificações tem-se auditoria privada externa e interna e auditoria governamental interna e externa, cada qual com os seus objetos, objetivos e normas específicas que

serão descritas doravante, considerando mais importante a classificação por âmbito.

1.4.1.1 AUDITORIA NO ÂMBITO PRIVADO

Regulado pela lei da oferta e da procura e com o objetivo principal de obter lucro, o setor privado abriga a maioria das empresas e por isso a maioria dos cursos de ciências contábeis está voltada para esse mercado, o que acaba por ditar o princípio da exclusão como um elemento que ajuda a definir os limites das auditorias privada e pública, segundo Cruz (2008). Este princípio sugere que se alguém deseja certo produto deverá se sujeitar às condições impostas pelas pessoas que o possui, e vice-versa, e, ainda segundo Cruz, isso só é possível no âmbito privado.

Para Sá (2007), a auditoria se classifica como externa quando os exames são efetuados por profissional liberal ou associações destes, também afirma que se pode denominar essa classificação como auditoria independente.

As auditorias cujo objeto é o patrimônio privado e executadas sob a forma de intervenção externa são prerrogativa de profissionais de contabilidade regularmente registrados no Conselho Federal de Contabilidade – CRC.

Para o auditor poder executar uma auditoria independente em sociedade de capital aberto (Sociedades Anônimas), deve estar cadastrado no Cadastro nacional de Auditores Independentes - CNAI após regular aprovação no Exame de Qualificação Técnica, conforme o CFC (2015).

As empresas de sociedades por ações, de capital aberto ou fechado, têm a obrigatoriedade à submissão de auditoria por auditores independentes com registro na Comissão de Valores Mobiliários.

Não obstante, toda e qualquer empresa privada pode se submeter à auditoria independente, como forma de melhorar a sua imagem perante os seus clientes, ou até possíveis sócios.

O objetivo da auditoria independente é, segundo Attie (2011), tecer uma opinião sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis de determinado período, para assegurar, ou não, se o que elas representam sobre a posição patrimonial, financeira, o resultado das operações, mutações de seu patrimônio líquido é o que existe em realidade.

Os usuários deste tipo de auditoria são os sócios acionistas e os investidores porventura interessados em adquirir ações, assim como o mercado em geral.

Para Sá (2007), a atividade de auditoria se classifica como interna quando a intervenção é efetuada por funcionários do quadro da própria empresa. Essa definição clássica enfrenta a oposição do Institute of Internal Auditors – IIA (2017), que afirma que uma auditoria interna pode ser conduzida em diversas situações legais e culturais e em instituições que se diferem em objetivo e forma e executada por “pessoas dentro ou fora da organização (p.1)”.

A atividade de auditoria interna na área privada também é prerrogativa de profissional de contabilidade, segundo o Conselho Federal de Contabilidade, que produziu a Resolução CFC nº 560/83 tratando da atividade e dos procedimentos de Auditoria Interna Contábil.

Esse é um tema polêmico, pois, apesar de o CFC resolver que são atribuições privativas dos profissionais da contabilidade a auditoria interna e operacional e a auditoria externa independente, os editais de concursos públicos a desconsideram quando se trata de auditoria governamental, concursando para o cargo de auditor, profissionais de áreas distintas da de contabilidade, desde que de nível superior, logo, não sendo prerrogativa dos profissionais da contabilidade, não se aplicariam essas normas aos auditores governamentais, que têm normas próprias e específicas.

No entendimento de Attie (2009), a atividade de auditoria interna existe para assessorar, avaliar e revisar operações a fim de gerar informações contábeis, financeiras e fiscais.

1.4.1.2 AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Trataremos as expressões auditoria pública, auditoria no setor público e auditoria governamental como sinónimos.

Sá (2007) defende que a auditoria governamental é uma especialização no campo da auditoria, por apresentar uma “sistemática específica” (p.44), motivada pela sujeição da aprovação de suas contas pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

Castro (2009) define a auditoria governamental como um conjunto de técnicas utilizadas para avaliar a gestão pública e o uso de recursos públicos com a utilização de critérios técnicos, operacionais ou legais.

Para Cruz (2007), diferente da auditoria independente, os usuários da informação na auditoria governamental são aqueles a quem interessa sobre o patrimônio público, a sua monitorização e avaliação, seja contribuinte ou usuário ou o próprio gestor interessado em praticar a *accountability*.

Como objeto, a auditoria governamental tem o patrimônio público e alcança todo àquele que tenha qualquer contato com este, independente da forma ou tipo de contato que tenha, como expresso na Constituição, em seu artigo 70, parágrafo único:

Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

A auditoria governamental tem o seu marco atual a Constituição de 1988, que aduz que a fiscalização será exercida pelo Congresso Nacional, mediante

controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. A fiscalização a cargo do Congresso Nacional é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas da União, que utiliza de auditorias externas para realizar o seu objetivo.

Convencionou-se dizer que o TCU realiza auditorias externas, visto os servidores de este Tribunal realizar trabalhos de auditoria em outros órgãos da administração Federal e mesmo fora dela.

Sob a exigência da Lei e pela pressão popular, o Estado precisa se modernizar constantemente no sentido da eficiência administrativa, nesta esteira, a descentralização da tomada de decisão trouxe consigo a necessidade do aprimoramento dos sistemas de controle interno, principalmente com o intuito de proporcionar maior transparência e garantir o cumprimento dos objetivos definidos pela organização (ATTIE, 1992).

Sá (2007) entende que a esfera pública tem o dever de auferir as próprias contas. Isso remete à ideia de *accountability*, que acontece quando as organizações e os seus integrantes tomam para si a responsabilidade pelos atos e decisões sobre desempenho e recursos (MP e CGU, 2016).

Por ordem Constitucional, a União mantém um sistema de controle interno que tem como órgão central o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU que supervisiona e presta orientação normativa aos demais órgãos sobre o tema. Esse sistema tem como ponto de partida o Decreto-Lei número 200, de 25 de fevereiro de 1967 que definiu o exercício do controle como princípio fundamental para as atividades da administração federal, e conforme Mazza (2011), os princípios são dotados de força cogente máxima, sendo regra obrigatória, geral abrangente capaz de dar sentido interpretativo a todo o sistema jurídico. Sendo assim, o princípio do controle é amplo e orienta toda interpretação do direito administrativo.

A transcendência da ideia de controle para uma forma de autocontrole, ou o dever de controlar a si próprio sem que haja uma demanda externa para tal é a chave para se compreender a auditoria interna, que o CGU (2017) define como “uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria,

desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização”. Este é o tipo de auditoria tratado nesta pesquisa.

Para cumprir tal função e atuar como um “instrumento de controle administrativo e de verificação sistemática da eficácia das atividades operacionais” (Oliveira, 2008, p. 02) a AUDIN utiliza de uma metodologia específica.

1.5. ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA NO IFFAR

As atividades da AUDIN seguem o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, que consiste num planejamento de ações para o período de um exercício, regulamentado pela Instrução Normativa CGU número 24, de 17 de novembro de 2015, que dispôs sobre o PAINT, o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN e deu outras providências.

Para Silva (2009), um plano de auditoria deve ser formal, conter as atividades programadas e ser aprovado pela entidade, como forma de se revestir de legalidade. Esse planejamento é elaborado pela AUDIN e define as áreas a serem trabalhadas no exercício vindouro.

O PAINT mantém alguns pressupostos para o bom andamento dos trabalhos de auditoria interna, que são a segregação de funções e a independência dos trabalhos de auditoria, para tanto, os trabalhos e atribuições constantes no PAINT não devem caracterizar atos de gestão ou cogestão.

Esse instrumento deve estar alinhado ao planejamento maior da instituição, contemplando para tanto a sua estrutura de governança, o seu programa de integridade e o seu gerenciamento de riscos corporativos, os controles existentes, os planos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas, assim como colocar em relevo os temas e macroprocessos a serem

trabalhados. Deverá conter, ainda, a matriz de risco e a estimativa de horas destinadas às ações de formação para os auditores.

Como um instrumento de planeamento amplo, o PAINT ainda deve conter as ações de formação e participação em eventos, alinhadas com as atividades de auditoria, preservando o seu carácter multidisciplinar.

O PAINT, enquanto proposta, é remetido para análise prévia pelo CGU, principalmente quanto aos macroprocessos e temas, e após essa análise o planeamento é apreciado e votado pelo órgão máximo do IFFar, o Conselho Superior – CONSUP, que é órgão de carácter consultivo e deliberativo e tem sua composição e competências definidas no Estatuto Geral e o seu funcionamento definido em regulamento.

Em resumo, este planeamento é, então, criado pela AUDIN, referendado pela CGU e apreciado pelo CONSUP, tendo assim a legalidade e legitimidade características a um instrumento de planeamento e controlo com fins de atender ao interesse coletivo.

Em sequência a esta metodologia específica que guia os trabalhos de planeamento da AUDIN, tem-se a Normativa 24/2015, obrigando a consideração, na avaliação dos controlos internos da Instituição, dos componentes de: ambiente de controlo; avaliação de riscos; atividades de controlo; informação e comunicação e atividades de monitoramento.

Estes cinco componentes foram importados da metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* - COSO, denominada Controlo Interno - Estrutura Integrada, mais conhecida como COSO I.

Essa metodologia tem como objetivo é “aumentar as chances de alcançar os seus objetivos e adaptar-se às mudanças nos ambientes operacionais e corporativos” (COSO, 2013, p. 2).

O Quadro nº 1 traz as definições para cada um dos cinco componentes que formam a metodologia COSO:

Quadro 1: Metodologia COSO e os componentes mínimos a ser considerados pela AUDIN.

Ambiente de controlo	Conjunto de normas, processos e estruturas basilares para o controlo interno na organização, abrange a integridade e os valores éticos permitindo que a estrutura de governança cumpra sua responsabilidade de supervisionar a governança, a delegação de autoridade e responsabilidade, o processo de atrair, desenvolver e reter talentos. O ambiente de controlo funcional é aquele que tem impacto pervasivo sobre toda a instituição.
Avaliação de riscos	Processo dinâmico e interativo para identificar e avaliar risco enquanto possibilidade de que um evento ocorra e prejudique a realização de objetivos da instituição. Essa avaliação estabelece o modo como estes riscos serão tratados.
Atividades de controlo	Atividades de controlo são ações estabelecidas por meio de políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes determinadas pela administração para mitigar os riscos à realização dos objetivos. As atividades de controlo são desempenhadas em todos os níveis da entidade, em vários estágios dentro dos processos corporativos e no ambiente tecnológico. Podem ter natureza preventiva ou de detecção e abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como

	autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e revisões de desempenho do negócio. A segregação de funções é geralmente inserida na seleção e no desenvolvimento das atividades de controlo. Nos casos em que a segregação de funções seja impraticável, a administração deverá seleccionar e desenvolver atividades alternativas de controlo.
Informação e comunicação	É o processo contínuo e repetitivo de proporcionar, partilhar e obter informações de qualidade afim de que os funcionários recebam uma mensagem clara da alta administração de que as responsabilidades pelo controlo devem ser levadas a sério.
Atividades de monitorização	São avaliações contínuas para a certificação da existência e do funcionamento dos elementos de controlo, para obter informações sobre critérios estabelecidos pela alta administração ou órgãos normatizadores.

Fonte: Adaptado de COSO I.

A fase seguinte ao PAINT é a execução propriamente dita de cada auditoria. Tem-se que o ponto de partida para a execução é uma ordem de serviço, que é um “expediente interno, mediante o qual o seu titular regula procedimentos para a execução de serviços, fixa comandos de ação ou estabelece normas para o cumprimento de determinado serviço específico” (IFFar, 2013, p. 42), e são itens indispensáveis à este o título, ordem, data e nome e cargo da autoridade.

Este documento então é confeccionado pelo auditor-chefe e enviado para os auditores escalados para determinado serviço.

Esse fluxo de trabalho é como expresso no fluxograma demonstrado na Figura nº 6:

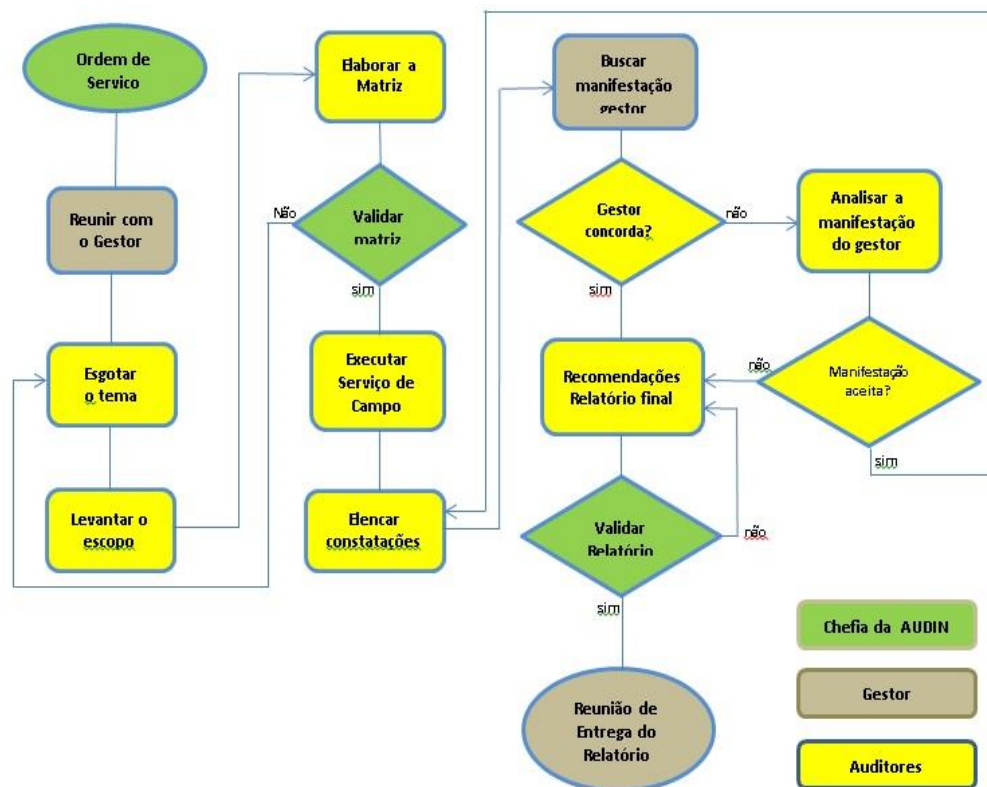


Figura 6: Rito de execução de auditoria.

Fonte: O autor.

Após receber a ordem de serviço, estes auditores começam, então, a preparar os papéis de trabalho da auditoria.

Papéis de trabalho são, segundo Attie (2009) “conjunto de formulários e documentos que contém as informações e apontamentos obtidos pelo auditor durante o seu exame, bem como as provas e descrições dessas realizações; constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento da sua opinião” (p. 169), podendo se classificar em correntes e permanentes.

A primeira ação numa auditoria é uma reunião com o gestor e quem mais este considerar pertinente, este encontro objetiva trocar expectativas e

informações gerais sobre o tema do trabalho, além de marcar um ponto formal de partida para os trabalhos de campo.

Como primeiro papel de trabalho tem-se um novo planeamento, não como o planeamento amplo descrito anteriormente, o PAINT, mas um planeamento para a execução de um trabalho de auditoria específico, que contém, ao menos, a seguinte estrutura: o objetivo do trabalho; a definição do escopo; o seu cronograma; as bases legais sobre o tema; uma matriz de planeamento; a previsão da revisão pelos pares; previsão da reunião com o auditado.

Ainda, neste planeamento, devem constar quais os procedimentos e técnicas de auditoria pretende-se aplicar; que será efetuada uma Seleção dos achados de auditoria; que será Pedido a Manifestação do Gestor sobre os achados de auditoria; que será produzido um relatório preliminar evidenciando os achados e recomendações; que será efetuada uma revisão pelos pares sobre este relatório; que será realizada uma Reunião de procura conjunta de soluções; que será produzido e entregue um relatório final e Solicitado um plano de providências.

Uma matriz de planeamento é um quadro que resume o planeamento quanto à parte da execução de uma auditoria, este quadro contém as questões de auditoria; os procedimentos; a base legal; as técnicas de auditoria a se utilizar; as fontes de informação; as possíveis limitações e os possíveis achados, segundo TCU (2010) torna metódico o planeamento da auditoria ao relacionar as questões de auditoria com quais as informações, fontes e procedimentos poderão dar suporte às respostas das mesmas, conforme demonstrado no Quadro nº 2:

Quadro 2: Matriz de planeamento de auditoria interna governamental

Questões de auditoria	Perguntas amplas que poderão ajudar a responder ao objetivo da auditoria (normalmente cinco ou seis perguntas).
Procedimentos	Itens de verificação, perguntas objetivas que poderão responder às questões de auditoria (normalmente mais de 50 perguntas).
Base legal	A norma ou prática que embasa o procedimento.
Técnicas de auditoria	Indagação escrita; observação; indagação oral; cotejo; correlação; verificação de cálculos; inspeção física; análise documental usado para levar o procedimento a cabo.
Fontes de informação	Onde ou com quem procurar a informação (documento, cargo ou sistema).
Possíveis limitações	O que poderia prejudicar a aplicação do procedimento.
Possíveis achados	Possibilidade de melhoria, erro ou fraude.

Fonte: adaptado de TCU (2010)

Após a conceção da matriz de planeamento os auditores já tem base suficiente para executar o trabalho de campo, que nada mais é do que aplicar as técnicas de auditoria nas fontes de informações elencadas.

Quando se audita um ato ou facto administrativo comparando-o com a sua Norma Legal pertinente e verifica-se que há alguma discordância entre o que foi feito e o que deveria ter sido feito, tem-se um achado de auditoria.

Todo achado de auditoria deve estar evidenciado por documentos, fotos, declarações e organizadas de modo a constituir informações suficientes para suportar o achado.

Na sequencia desta etapa, elencam-se os achado de auditoria e então informa-se ao gestor sobre a existência de falhas relevantes e pede-se a manifestação sobre as mesmas, formalmente e com prazo definido para a resposta. Essa manifestação deve ser quanto à concordância ou discordância

sobre o achado de auditoria, quando, no caso de discordância, deve o gestor justificar o seu posicionamento. Esta etapa assegura a oportunidade de apresentação de esclarecimentos que contribuam para o entendimento dos factos e evita que achados de auditoria frágeis ou duvidosos prossigam e acabem por gerar recomendações inúteis.

Por fim procede-se às recomendações de auditoria, que são emitidas pela AUDIN de forma a dirimirem as causas dos achados de auditoria. Estas devem ter o objetivo secundário de agregar valor ao Órgão.

Estas recomendações fazem parte do relatório de auditoria, que deve conter ainda a descrição do trabalho realizado, o seu objetivo, a amostra analisada, os achados e o seu critério de análise, causas e consequências. Ainda, ao final do relatório deve haver a conclusão do trabalho, elaborado a partir dos achados de auditoria.

As recomendações de auditoria devem ser revestidas de certas características, no que traz a Instrução Normativa CGU 03/2017 que a recomendação deve agregar valor à Unidade Auditada, tratando nas causas das falhas eventualmente identificadas, e ainda, conforme o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, estas ainda devem ser monitoráveis; atuar na causa raiz; viáveis, apresentar boa relação custo-benefício; considerar alternativas; direcionadas; diretas; específicas; significantes e positivas.

Este relatório de auditoria deve ser enviado à CGU em até 30 dias após a sua conclusão.

Como o planeamento da AUDIN é anual, assim também o é o relatório final das atividades, o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN. Este relatório contém, segundo CGU (2015), no mínimo, a descrição dos trabalhos realizados no exercício; uma análise consolidada dos controlos internos; relação de trabalhos realizados sem a previsão no PAINT; descrição dos factos relevantes que porventura tenham afetado a AUDIN na realização dos trabalhos; as formações realizadas pelos auditores; a quantidade de recomendações emitidas e implementadas e não implementadas até a data

do RAINT e por fim o relato das melhorias advindas da atuação da AUDIN no exercício.

Neste capítulo se descreveu a história da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, se descreveu a estrutura administrativa do IFFar, a colocação da AUDIN na sua estrutura administrativa e a atuação desta.

2. **CAPÍTULO II - ESTUDO EMPÍRICO**

Neste capítulo apresentam-se o problema e os objetivos da pesquisa, assim como a justificção do problema proposto. Ainda, informa-se sobre os métodos para coleta, tratamento de dados, sua confiabilidade e validade.

2.1. **PROBLEMA E OBJETIVOS**

A Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – AUDIN tem como principal *output* os Relatórios de Auditoria Interna, onde constam as recomendações feitas aos gestores. Essas recomendações têm o objetivo de propor soluções para as causas dos problemas (constatações) encontradas em determinada auditoria. Elas são elaboradas após a aplicação de uma metodologia desenhada para tal: encontrar soluções permanentes para falhas em processos administrativos. Contudo, como o próprio nome diz, tratam-se de recomendações, que podem ou não serem acatadas e aplicadas pelos gestores aos casos ou processos pertinentes. A fim de contemplar a efetividade dos trabalhos de auditoria Interna no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar, propõe-se este estudo para responder à seguinte questão: Qual o grau de adesão da gestão do IFFar às recomendações da Unidade de Auditoria Interna e que melhorias poderiam reforçar o grau de adesão?

2.1.1. JUSTIFICAÇÃO DO PROBLEMA PROPOSTO

A atividade de auditoria interna governamental aparece pela primeira vez na legislação brasileira no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que, em seu artigo 81 aduz que o órgão de auditoria interna verificará a tomada de contas do ordenador de despesa, antes desta ser encaminhada para o Tribunal de Contas.

Desde então a atividade de auditoria interna governamental evoluiu de tal maneira que hoje o seu objetivo principal consiste em adicionar valor e melhorar as operações de uma organização, auxiliando as organizações públicas a realizarem os seus objetivos (CGU, 2017).

Neste hiato de 50 anos houve muita discussão e desenvolvimento em torno da atividade. Porém, ainda há muito que evoluir, como expõe Attie (2009) ao afirmar que a futura auditoria interna precisa do auditor “não tradicional”, deixando claro que o tradicional já não serve mais.

Pizzatto (2013), num estudo sobre a auditoria interna como instrumento de inteligência competitiva, conclui que as informações advindas das unidades de auditoria são utilizadas pelos gestores de maneira parcial, apesar do reconhecimento de que as mesmas apresentam potencial para tornarem-se um referencial estratégico.

Este autor realizou o estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFSC, que foi criado pela mesma Lei que criou o IFFar e os demais Institutos Federais de Ciência e Tecnologia do Brasil, tendo, portanto, estas instituições educativas as mesmas finalidades e objetivos, além de estruturas administrativas praticamente idênticas entre si.

Já Silva Neto (2014), na pesquisa Auditoria e Gestão: um estudo de caso nos trabalhos auditoriais realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES observou um acúmulo de recomendações de auditoria interna no mesmo, levando a crer que pode há um afunilamento entre os *outputs* da auditoria interna e a gestão.

Observa-se que o IFES foi criado pela mesma Lei e tem as mesmas características que o IFSC e o IFFar.

Na mesma esteira, Pinto (2015), em estudo realizado numa Universidade Federal de Ensino no sul do Brasil, sobre o uso da Auditoria Interna como ferramenta de apoio à gestão, afirma que os administradores estão seguros de que as recomendações de auditoria interna devam ser usadas para agregar valor à gestão, porém, também afirma que a análise ficou limitada “aos dados, às referências recolhidas e a instituição em estudo”, o que nos leva ao questionamento se a gestão estará efetivamente a utilizar essas recomendações para tal fim.

Ademais, numa análise aos Relatórios de Gestão do IFFar, de 2010 a 2017 notou-se que em 2011, e apenas neste exercício, havia uma listagem das recomendações da Unidade de Auditoria Interna do Instituto de Ciência e Tecnologia Farroupilha - AUDIN atendidas e não atendidas, informação esta que não está disponível em quaisquer um dos outros Relatórios de Gestão.

Consideramos ser discutível a existência de um corpo multidisciplinar de alto nível de especialização, atuando no sentido de fortalecer a gestão, se esta não considerar as respectivas recomendações.

Neste sentido, esta pesquisa procura compreender a realidade no IFFar diante dos resultados dos estudos anteriores, que expõe uma lacuna entre o que foi recomendado pelas unidades de auditoria interna e o que foi efetivamente utilizado pelos gestores das instituições de ensino.

A contribuição deste estudo para o IFFar foi contribuir com a gestão, em termos de a tornar mais eficiente. O princípio administrativo da eficiência, expresso no artigo 37 da Constituição Federal, prescinde da colaboração de todos os setores envolvidos na criação, execução e avaliação dos programas e ações administrativas.

Ademais, a experiência profissional como contador público (2009-2011) e também como auditor interno governamental (2011 – presente), somados à ambição pessoal de qualificar conhecimentos sobre o tema aliados à missão

de todos os servidores públicos de reduzir desperdícios de tempo e capital na administração pública, motivam este estudo.

2.1.2. Objetivos

2.1.2.1 Objetivo geral

Avaliar o grau de adesão da gestão do IFFar às recomendações da Unidade de Auditoria Interna e propor melhorias para reforçar o grau de adesão.

2.1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar as recomendações feitas pela AUDIN nos exercício de 2016 e 2017;
- Fazer o levantamento do número de recomendações referentes aos exercícios de 2016 e 2017 que foram implementadas total ou parcialmente e identificar quais foram essas recomendações;
- Analisar a relação entre as recomendações realizadas e as implementadas para verificar o grau de adesão;
- Procurar a percepção da gestão sobre eventuais dificuldades na aplicabilidade das recomendações;
- Propor melhorias para reforçar os graus de adesão.

2.2. METODOLOGIA

Pesquisa é um processo racional e sistemático com o objetivo de responder a problemas através da utilização de métodos, técnicas e outros procedimentos (Gil, 2002).

Pesquisa, no contexto da social e humano, de acordo com Coutinho (2013) caracteriza-se pela multiplicidade e pela dependência contextual, onde a

multiplicidade é a existência de diferentes abordagens, paradigmas ou modelos, e, dependência contextual significa que o pesquisador não pode se desprender do contexto em que está inserido.

Identificou-se com esta pesquisa, o grau de adesão às recomendações da AUDIN, isto é, se os Gestores aceitam e aplicam as recomendações, classificando em graus muito alto, alto, médio, baixo ou muito baixo essa adesão, e ainda as eventuais dificuldades na aplicação das recomendações.

A pesquisa seguiu o método dialético, que de acordo com Gil (2008):

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os factos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (p. 14)

2.2.1. Classificação da pesquisa

Com o objetivo de organizar a pesquisa para maior racionalidade se utilizaram os critérios elencados por Gil (2010), quais são: áreas do conhecimento, finalidade, objetivos e métodos.

2.2.1.1 Classificação segundo áreas do conhecimento

Essa pesquisa está inserida na grande área do conhecimento das ciências humanas, subárea da educação e especialidade administração educacional e ainda na divisão administração de unidades educativas, segundo a tabela de áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

2.2.1.2 Classificação quanto à finalidade

Gil (2010) elenca duas categorias de classificação quanto à finalidade da pesquisa: básica e aplicada, a primeira para gerar algum conhecimento até então inexistente e a segunda para resolver problemas sociais.

Esta pesquisa é de natureza aplicada, pois objetivou gerar conhecimentos de aplicabilidade prática para a solução de um problema específico, cercandose de realidades locais (Silva, 2005).

Nesta dissertação a aplicabilidade residiu em analisar a implementação das recomendações de auditoria interna pelos gestores do IFFar, considerando as características desta Instituição e ainda na proposta de melhorias para os problemas locais.

2.2.1.3 Classificação segundo os objetivos

Quanto aos objetivos mais gerais, essa pesquisa é do tipo exploratório, pois tem como “propósito proporcionar maior familiaridade com o problema” (Gil, 2010, p. 27). Ainda segundo Gil (2008), as pesquisas exploratórias servem para apresentar uma visão ampla sobre determinado fenômeno, podendo constituir-se de uma primeira etapa de uma investigação mais ampla.

Para Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa exploratória habitualmente toma a forma de pesquisas bibliográficas e estudos de caso e ainda possibilita um estudo de diversas perspectivas, inclusive o estudo de caso.

Esta pesquisa visa a exploração através de pesquisa documental e também com pessoas que tiveram contato direto com o problema pesquisado.

2.2.1.4 Classificação quanto aos métodos

De entre as metodologias elencadas por Gil (2008) tem-se: bibliográfica, documental, experimental, *ex-post-facto*, levantamento de campo, estudo de campo e estudo de caso, cada uma delas com características peculiares. O que determina a escolha de uma ou outra metodologia é “o objeto de investigação, (...) a dificuldade na obtenção dos dados, (...) o nível de precisão exigido e (...) e os recursos materiais de que dispõe o pesquisador” (p.50).

Partindo da questão de pesquisa, que procura explicar uma circunstância presente, como porque algum fenômeno social acontece, o método mais relevante é o de estudo de caso (Yin, 2015).

Também assim afirma Gil (2010) aduzindo que estudo de caso é um método de pesquisa largamente usada em ciências sociais, constituindo-se num estudo com grande verticalidade sobre poucos objetos, objetivando um

conhecimento profundo e detalhado, no que corrobora Coutinho e Chaves (2002), que essa metodologia denota o estudo profundo, detalhado e delimitado de um caso.

Complementa Coutinho (2015), que a pesquisa em ciências sociais ou humanas deve ser científica, ou seja, sistemática, rigorosa e adequada ao objeto de estudo. Como contraponto à vantagem em se obter um conhecimento rico sobre o tema, há, conforme Gil (2002), três factores a relevar nesta opção: a falta de rigor metodológico; a dificuldade de generalização e o tempo destinado à pesquisa.

Esta investigação constitui um estudo de caso qualitativo ocorrido num ambiente natural, notadamente o IFFar, com um número pequeno de sujeitos, sendo 12 gestores decisores e 44 diretores assessores, constituintes do corpo de gestão do IFFar.

Eleita a metodologia de estudo de caso, passou-se para as técnicas de recolha de dados, no que ensina Coutinho (2013) que tipo de dados serão recolhidos e como serão recolhidos determina o resultado, a conclusão do estudo, quanto à sua qualidade final.

2.2.2. Recolha dos dados

Foram recolhidos dados primários e secundários. Os dados primários são aqueles que não tinham registo prévio, ou seja, eles já existiam, porém não haviam sido recolhidos, ordenados e registados. Já os dados secundários são aqueles que já tendo suporte, registo, puderam ser acedidos por pesquisa bibliográfica ou documental, conforme ensinamentos de Prodanov e Freitas (2013).

2.2.2.1 Pesquisa documental

Para o levantamento de dados secundários foi utilizada a pesquisa documental, que, segundo Gil (2008), apesar de se referirem a pessoas, são obtidos de modo indireto. Os dados oriundos de fontes documentais são recolhidos mais rapidamente que os dados primários, além de evitarem os contragimentos possíveis ao se colher dados com as pessoas.

As fontes documentais foram exclusivamente os documentos da auditoria interna, destacando os Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna - RAIN, dos exercícios de 2016 e 2017.

A partir desta recolha de dados documentais é que foi possível avaliar o grau de adesão da gestão do IFFar às recomendações da Unidade de Auditoria Interna.

2.2.2.2 Inquérito por questionário

Para o levantamento de dados primários foi utilizada a técnica de inquérito por questionário com respostas fechadas de múltipla escolha combinadas com respostas abertas, de maneira a recolher mais informações sobre o tema.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), o inquérito por questionário é um instrumento próprio elaborado com questões idênticas a todos os inquiridos, podendo ser questões abertas, fechadas ou de múltipla escolha, onde as abertas são de livre resposta, as fechadas são de resposta de duas alternativas e as de múltipla escolha são de escolha de uma ou mais opções dentre um determinado número de opções.

A construção do questionário é a tradução dos objetivos da pesquisa em questões específicas, afirma Gil (2008).

Explicam Gil (2008) e Prodanov e Freitas (2013) que as questões elencadas num questionário devem-se revestir de mútua exclusividade e exaustividade, de modo que prerrogativas não se sobreponham ou sejam omitidas, devendo as alternativas cobrir todas as respostas possíveis e ainda cada uma delas ser incompatível com as demais, no que complementa Prodanov e Freitas que:

Para que sejam mutuamente exclusivas, cada respondente deverá identificar apenas uma opção que represente corretamente sua resposta, ou seja, a escolha de uma alternativa deve excluir todas as demais. (p. 110)

O questionário utilizado foi composto de 19 perguntas, sendo 15 perguntas fechadas de múltipla escolha e quatro perguntas abertas e dividiu-se em quatro seções, a saber:

Seção 1: Caracterização pessoal e profissional;

Seção 2: Percepção sobre a AUDIN, enquanto um Setor do IFFar;

Seção 3: Percepção sobre os outputs da AUDIN;

Seção 4: Possíveis melhorias nas relações entre gestão e AUDIN.

A ferramenta utilizada para aplicar o inquérito por questionário foi o aplicativo formulários disponível na plataforma *Google*. Este questionário está em sua íntegra no apêndice A.

Importante salientar que as respostas representam a opinião de um indivíduo não representando necessariamente a opinião da Entidade.

Os questionários não foram identificados com quaisquer marcas ou símbolos, de forma a manter o anonimato do questionado.

As análises deram-se com tabulação digital dos dados.

A triangulação metodológica ocorreu pela recolha de dados por questões fechadas e depois, então, conferidos por questionamento aberto em parte do questionário, pois “um importante ponto forte da recolha de dados do estudo de caso é oportunidade de usar diferentes fontes de evidência” (Yin, 2005, p. 123).

Ainda complementa Gil (2002) afirmando que no estudo de caso utiliza-se sempre mais de uma técnica para a obtenção de dados, pois, obtendo-se resultados através da convergência ou divergência das observações é possível conferir validade ao estudo, no que afirma Coutinho (2015) que a utilização de múltiplas fontes de dados permite uma triangulação, como aduz Prodanov & Freitas (2013) que os dados captados de fontes diversas aumentam a confiabilidade do estudo.

A triangulação pode ser feita de maneiras diferentes, no que concordam Martins (2006, citado por Prodanov & Freitas, 2013) e Patton (2002, citado por Yin, 2015) que quatro maneiras seriam por fontes, teorias, pesquisadores ou métodos, no que complementa Prodanov & Freitas (2013) que a triangulação por fontes de dados, ou, triangulação de dados é a alternativa mais usual nas investigações. Aprofunda Yin (2015) que a triangulação é efetiva quando as descobertas do estudo são apoiadas por diferentes fontes de evidências.

Nesta pesquisa optou-se pela triangulação por fontes por convergência dos dados obtidos.

Esse levantamento de dados primários para fins de triangulação considerou dois grupos de fonte de informação, sendo o primeiro grupo composto por aqueles a quem cabe a responsabilidade pela gestão do IFFar (Reitor e Diretores Gerais) e o segundo grupo formado por aqueles a quem cabe a o assessoramento àqueles do primeiro grupo, ou seja, os Pró-Reitores e aos Diretores Assessores dos Câmpus.

O primeiro grupo, composto pelas pessoas responsáveis pelo IFFar, é o grupo que respondem por ele, composto pelas pessoas que estão na condição de dar ordens e decidir questões administrativas a nível estratégico, enquanto que o segundo grupo é composto por aqueles que os assessoriam, estando na condição de dar ordens aos coordenadores e decidir questões administrativas no nível tático e operacional, ou seja, foram inquiridas as pessoas que recebem e são responsáveis pelas recomendações de auditoria interna, e também as pessoas que atuam como executoras, a mando do primeiro grupo.

A legislação que atribui a gestão do IFFar ao Reitor e aos Diretores Gerais é o Estatuto e também o Regimento Geral. Conforme o Estatuto do IFFar (2009), ao Reitor compete “representar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, RS, em juízo ou fora dele, bem como administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição” (p. 6).

Ainda conforme o Estatuto do IFFar, os seus *campi* são administrados por Diretores-Gerais e têm o seu funcionamento estabelecido pelo Regimento Geral. Por sua vez, o Regimento Geral do IFFar (2016) aduz que “compete aos Diretores Gerais a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a gestão das atividades administrativas” (p. 45).

Segundo o Estatuto do IFFar (2009) os Diretores-Gerais respondem solidariamente com o Reitor pelos seus atos de gestão, no limite da delegação.

Além do exposto, justifica-se a especificação deste grupo por serem estes que recebem as recomendações de auditoria e, por sua vez, dão seguimento ao processo administrativo, detendo o poder discricionário de atender ou não as recomendações de auditoria, sendo elementos informativos chave.

Nessa esteira, justificou-se a necessidade de se estender a pesquisa aos diretores subordinados por serem estes os responsáveis operacionais sobre a gestão e operações do IFFar, ou seja, são estes que fazem a ligação entre os níveis estratégico e operacional.

Na Reitoria, este papel é desempenhado por cinco Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Pró-Reitoria de Extensão. Estas Pró-Reitorias estão expressas no organograma da Reitoria e as suas atribuições estão descritas no Estatuto do IFFar.

Nos *campi*, a coordenação e administração são exercidas pelos Diretores Gerais, sendo estes assessorados por diretorias assessoras. São elas a Diretoria de Planeamento e Desenvolvimento Institucional, Diretoria de Administração, Diretoria De Ensino e Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção. Estas diretorias estão expressas nos organogramas de cada um dos *campus*.

Foi aplicado o inquérito por questionário a um grupo de peritos para a validação do conteúdo.

Após, foi aplicado a um grupo piloto de seis indivíduos com um perfil profissional semelhante aos que depois responderam, sendo que esses indivíduos não fizeram parte da amostra final.

Mais tarde foi aplicado o índice coeficiente Alpha de Cronbach de forma a medir a confiabilidade da ferramenta de inquérito por questionário quanto aos dados quantitativos. Este índice foi proposto por Cronbach (1951) como uma versão geral do Coeficiente de equivalência de Kuder-Richardson para ser mais versátil que este, no intuito de ser aplicado a qualquer conjunto de itens, a despeito da escala utilizadas para as respostas. A fórmula proposta foi conforme a Figura nº 7.

$$\alpha = \left(\frac{k}{k-1} \right) \times \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k s_i^2}{s_t^2} \right)$$

Figura 7: Fórmula do Coeficiente de Cronbach.

Fonte: Cronbach, L. J. (1951). *Efficient alpha and the internal structure of tests*. *PSYCHOMETRIKA*, Vol. 16, Nº. 3. Illinois: University of Illinois. (p. 299)

Na aplicação deste índice, não foram consideradas as perguntas abertas e apenas foram utilizadas as perguntas (itens) exclusivamente quantitativos e então atribuído valores às respostas fechadas.

No cálculo efetuado, o valor de K é 15, que é o número de perguntas fechadas contidas no questionário; calculou-se a variância de cada item, cada pergunta, e após foram somados todos os valores para se chegar à soma das variâncias dos itens e então procedeu-se à variância da soma das respostas às quais foram atribuídos os valores a partir de um de acordo com o número de respostas possíveis a cada pergunta

O resultado da aplicação do coeficiente Alpha de Cronbach foi de 0,8041, considerado de boa consistência interna, conforme a Tabela nº 1.

Índice de consistência interna	
Valor de alfa	Consistência interna
> 0,9	Excelente
0,7 a 0,9	Bom
0,6 a 0,7	Fraco
< 0,5	Inceitável

Tabela nº 1: Consistência interna do questionário segundo o valor de alfa.

Fonte: George, D., & Mallery, P. (2003). SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference 11.0 update (4th ed.). Boston: Allyn & Bacon

2.3. TÉCNICA DE TRATAMENTO DE DADOS A UTILIZAR

Entende-se análise de dados pela sua organização a fim de alicerçar a elucidação dos problemas propostos, transformando informação em conhecimento, segundo Gil (2008), que considera a análise e interpretação inflexíveis inviáveis para estudos de caso, como o aqui proposto.

Para todos os dados foram utilizados tabelas, quadros e gráficos, que segundo Marconi & Lakatos (2003) é:

Um método estatístico sistemático, de apresentar os dados em colunas verticais ou fileiras horizontais, que obedece à classificação dos objetos ou materiais da pesquisa. É bom auxiliar na apresentação dos dados, uma vez que facilita, ao leitor, a compreensão e interpretação rápida da massa de dados, podendo, apenas com um olhar, apreender importantes detalhes e relações. (p. 169)

Foram tratados os dados secundários recolhidos dos documentos oficiais através da análise documental segundo escala quantitativa, que conforme

Hair Jr. et al. (2009) são aquelas que podem abrigar dados passíveis de classificação métrica e nominal, podendo designar números e dar rótulo aos objetos e fornecer o número de ocorrências de um atributo numestudo. Estas escalas, apesar de medirem quantitativamente os objetos foram utilizadas para análises qualitativas.

Também foi usada a técnica de análise vertical em percentual, que, segundo Ribeiro (1997) é a comparação de cada elemento do conjunto com o total do mesmo, com o objetivo de evidenciar a participação percentual de cada elemento no conjunto, no que concorda Silva (2006) ao afirmar que o objetivo da análise vertical é demonstrar a participação relativa de cada dado em correlação a um referencial.

Já os dados primários, recolhidos no inquérito por questionário nas questões de fechadas, múltipla escolha, foram tabulados segundo escalas de graduação com o objetivo de mensurar a percepção do universo sobre os tópicos apresentados, baseado em Gil (2008, p. 140) que explica que “escalas de graduação apresentam um contínuo de atitudes possíveis em relação a determinada questão”.

A análise estatística destes dados foi realizada com recurso oriundo da estatística descritiva, que é a análise univariada de dados (Gil, 2008). É alcançada pelas características do que é típico no grupo através da medida de tendência central como a mediana e a variância, correspondendo à dispersão de dados em relação ao valor central, representando uma posição ao invés de uma relação de grandeza, conforme Marconi & Lakatos (2010).

As questões abertas tiveram tratamento passando pelas “diferentes fases da análise de conteúdo (...) a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin (1977, p. 95).

A análise descritiva de conteúdo, segundo Bardin (1977) é a procura por um conjunto heterogêneo de unidades semânticas para posterior ordenamento por critérios que possibilitem sua abordagem sistemática. Só

então se pode chegar a representações categóricas e significativas do conteúdo.

Essa categorização, segundo Bardin (1977), é a classificação de elementos através da diferenciação, seguido pelo seu reagrupamento, segundo critérios definidos pelo pesquisador.

Foram usadas na análise das questões abertas as categorias iniciais, intermediárias e finais.

2.4. CONFIABILIDADE E VALIDADE

Os dados secundários foram recolhidos diretamente de documentos federais oficiais, que têm presunção de alta confiabilidade.

Os dados primários foram recolhidos através de inquérito por questionário eletrónico utilizando-se a ferramenta *Google Forms*, após aprovação do Comité de Ética do IFFar, de teste e validação com especialistas e ainda, após a aplicação da análise de fiabilidade interna do questionário através do Coeficiente de Crombach.

Além disso, cada participante da pesquisa está protegido pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que é um documento necessário para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos no âmbito brasileiro e serve como proteção aos direitos dos mesmos. Este documento é regulamentado pelas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde do Brasil nº 441, de 12 de maio de 2011 e nº 466, de 12 de dezembro de 2012. O TCLE foi elaborado conforme o modelo do Comité de Ética na Pesquisa do IFFar e está contido no Apêndice A, inquérito eletrónico.

Após a apresentação do problema de pesquisa, de seus objetivos e da metodologia proposta para a mesma teve-se a preparação suficiente para a etapa da recolha e tratamento de dados, objeto do capítulo seguinte.

3. CAPÍTULO III - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo procede-se à recolha e ao tratamento de dados, com o uso a recursos gráficos, como quadros, tabelas e gráficos propriamente ditos.

São apresentados os resultados da pesquisa documental, seguido dos resultados da pesquisa por inquérito e ainda pela proposta de melhorias.

3.1. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DOCUMENTAL

Efetuuou-se a recolha de dados secundários através da contagem das recomendações da AUDIN emitidas nos exercícios de 2016 e de 2017, listadas nos Relatórios Anuais de Auditoria Interna – RAINTs publicados na página eletrónica oficial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar. Estes dados quantitativos estão demonstrados em tabelas, com coluna das quantidades e a respectiva análise vertical.

Constam no RAINT do exercício de 2016, 341 recomendações emitidas pela AUDIN, que estão resumidas na Tabela nº 2:

Condição da recomendação	Quantidade	A.V.%
Em fase de implementação	228	66,86%
Em implementação	20	2,86%
Implementada/resolvida	01	0,30%
Implementado	41	12,00%
Parcialmente implementado	29	8,50%
Sem informação a respeito da implementação	22	6,45%
Total	341	100%

*Tabela nº 2: Resumo das recomendações emitidas em 2016 e sua condição *ipsis litteris*.*

Quanto à nomenclatura das condições das recomendações observa-se que exige a IN CGU 24/2015 que conste no RAINT a quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as vincendas e as não implementadas na data de elaboração do RAINT, com a inclusão, neste caso, dos prazos de implementação e as justificações do gestor.

Na análise da Tabela nº 2 verificou-se que as recomendações receberam diferentes condições. Atribui-se isso ao facto das informações virem de diferentes gestores, logo, foram usados sinónimos para os termos legais “implementadas” e “não implementadas”. Por esse motivo e para os fins desta pesquisa, foram consideradas na condição de implementadas as recomendações que obtiveram a condição de “implementado” e “implementada/sanada” e não implementadas as que obtiveram a condição de “em fase de implementação”, “parcialmente implementado”, “sem informação a respeito da implementação”, “em implementação” e ainda uma que estava com o campo em branco.

Essas recomendações, reclassificadas para a conformidade da IN CGU 24/2015 formam a Tabela nº 3.

Condição da recomendação	Quantidade	A.V.%
Implementada	42	12%
Não implementada	299	88%
Total	341	100%

Tabela nº 3: Resumo das recomendações emitidas em 2016 e sua condição conforme a IN CGU 24/2015.

Então, pôde-se concluir a partir da Tabela nº 3 que, aplicando uma escala métrica nominal de cinco níveis, onde se atribuiu graus de adesão às recomendações da AUDIN divididos em muito alto, alto, médio, baixo ou muito baixo, esta adesão, no exercício de 2016 foi muito baixa.

Quadro 3: Grau de adesão às recomendações da AUDIN.

Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
0 a 19,9%	20 a 39,9%	40 a 59,9%	60 a 79,9%	80 a 100%

Da mesma forma que organizou-se os dados de 2016, fêz-se com os dados de 2017, conforme o RAIN 2017 que trouxe 112 recomendações emitidas pela AUDIN, que estão resumidas na Tabela nº 4:

Condição da recomendação	Quantidade	A.V.%
Em fase de implementação	70	62,50%
Em implementação	36	32,10%
Implementada/resolvida	00	0%
Implementado	06	5,40%
Parcialmente implementado	00	0%
Sem informação a respeito da implementação	00	0%
Total	112	100%

*Tabela nº 4: Resumo das recomendações emitidas em 2017 e sua condição *ipsis litteris*.*

Essas recomendações, reclassificadas para a conformidade da IN CGU 24/2015 formam a Tabela nº 5.

Condição da recomendação	Quantidade	A.V.%
Implementada	06	5,30%
Não implementada	106	94,70%
Total	112	100%

Tabela nº 5: Resumo das recomendações emitidas em 2017 e sua condição conforme IN CGU 24/2015.

Novamente, com a aplicação dos graus de adesão dos gestores às recomendações de auditoria interna temos que no exercício de 2017 também houve uma muito baixa adesão, em níveis menores ainda que em 2016.

Chegou-se então ao resultado da mensuração das recomendações atendidas e não atendidas no biênio 2016/2017 onde se aplicou também a análise vertical dos resultados.

Condição da recomendação	Quantidade	A.V.%
Implementadas	48	10,60%
Não implementadas	405	89,40%
Total	453	100%

Tabela nº 6: Resultado das recomendações atendidas/não atendidas em 2016/2017.

Da mesma forma que na análise dos exercícios analisados individualmente, a análise do biênio 2016/2017 aduz um muito baixo grau de adesão dos gestores às normas de auditoria interna.

Ainda se depreende dos dados levantados que houve uma redução na percentagem de adesão dos gestores às recomendações de auditoria interna no exercício de 2017 (5,30%) em comparação com o exercício de 2016 (12%).

3.2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DO INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

A seguir organizaram-se os dados primários em colunas.

O questionário está organizado em quatro seções, a saber: caracterização pessoal e profissional; percepção sobre a AUDIN, enquanto um setor do IFFar; percepção sobre os *outputs* da AUDIN e possíveis melhorias nas relações entre gestão e AUDIN.

O inquérito por questionário foi disponibilizado a 100% da população, ou seja, 56 gestores do IFFar, dos quais responderam 33, ou seja, 59%. O formulário foi disponibilizado para respostas por um período de 23 dias, entre os meses de julho e agosto de 2018, no aplicativo do *Google Forms*.

Os resultados ao inquérito serão apresentados conforme a estruturação do questionário, como demonstrado no Quadro nº 4:

Quadro 4: Estruturação do questionário.

Estruturação do questionário	Questões
Seção 1: Caracterização pessoal e profissional	1.a, 1.b, 1.c, 1.d e 1.e
Seção 2: Percepção sobre a AUDIN, enquanto um Setor do IFFar	2.a e 2.b
Seção 3: Percepção sobre os outputs da AUDIN	3.a, 3.b, 3.c, 3.d, 3.e, 3.f, 3.g e 3.h
Seção 4: Possíveis melhorias nas relações entre gestão e AUDIN	4.a, 4.b, 4.c e 4.d

Doravante se procederá à análise das respostas de cada pergunta e cada seção do inquérito aplicado.

3.2.1. Seção 1: Caracterização pessoal e profissional

Na primeira Seção tratar-se-á da caracterização pessoal e profissional, cujos dados estão demonstrados nas Tabelas 7, 8, 9, 10 e 11.

Sexo	Quantidade	A.V.%
Masculino	16	48
Feminino	17	52
Total	33	100%

Tabela nº 7: Pergunta 1.a – Qual o seu sexo?

Faixa de idade	Quantidade	A.V.%
Menos de 20	0	0
De 21 a 30	0	0
De 31 a 40	16	48
De 41 a 50	11	34
Mais de 51	6	18
Total	33	100%

Tabela nº 8: Pergunta 1.b – Qual a sua idade? Tabela 9: Pergunta 1.c – Qual o seu cargo?

Cargo	Quantidade	A.V.%
Reitor ou Diretor Geral	7	21
Pró-Reitor ou Diretor Assessor	26	79
Total	33	100%

Tabela nº 10: Pergunta 1.d – Há quanto tempo está investido no cargo?

Meses	Quantidade	A.V.%
Menos de 12 meses	5	15
De 12 a 24 meses	13	39
De 25 a 36 meses	3	9
De 37 a 48 meses	3	9
Mais de 48 meses	8	24
Total		100%

Área de formação	Quantidade	A.V.%
Exatas e da terra	6	18
Biológicas	1	3
Engenharias	0	0
Saúde	1	3
Agrárias	6	18
Sociais aplicadas	11	33
Humanas	8	24
Linguística, letras e artes	0	0
Multidisciplinar	0	0
Total	33	100%

Tabela nº 11: Pergunta 1.e – Qual a sua formação (área)?

Pela análise das Tabelas 7, 8, 9, 10 e 11 é possível verificar a caracterização profissional dos inquiridos, que, em termos médios, como sendo um gestor acima de 31 anos de idade, com igualdade entre os sexos feminino e masculino, com tempo de cargo de gestão de dois anos, com formação nas áreas de ciências sociais ou humanas.

Os dados das seções 2, 3 e 4 são apresentados graficamente por questão, e no final de cada seção com a análise estatística, com o número total de respostas, variância e a mediana.

Os gráficos apresentam as respostas dos dois grupos de gestores participantes, os gestores decisores e os gestores assessores.

3.2.2. Seção 2: Percepção sobre a AUDIN, enquanto um Setor do IFFar.

Na segunda seção tratar-se-á sobre a percepção sobre a AUDIN, enquanto um Setor do IFFar.

Os dados desta seção representam a percepção dos gestores em relação à AUDIN, tanto na questão posição na estrutura administrativa quanto no tocante à sua função.

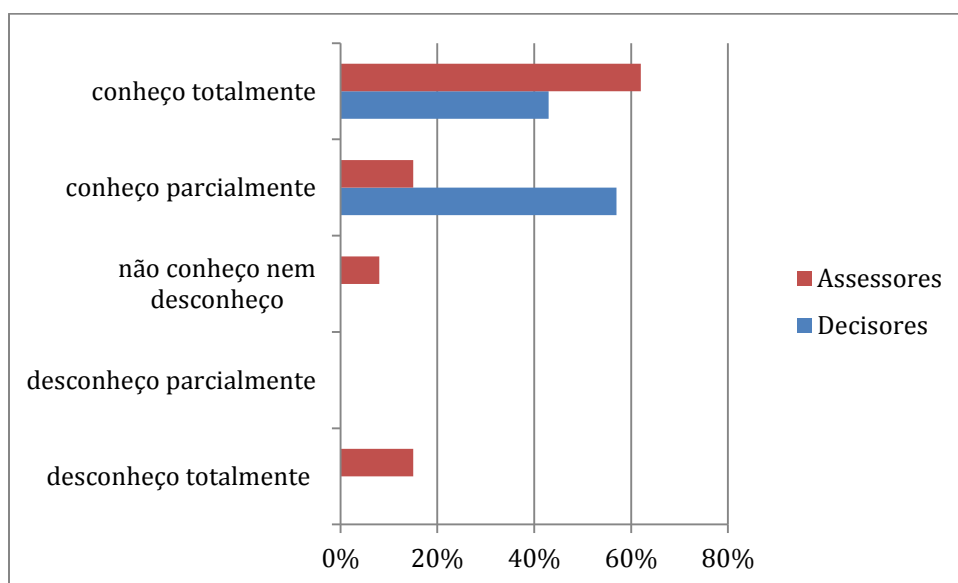


Gráfico nº 1: Pergunta 2.a - Conhece a localização da AUDIN no organograma do IFFar?

Na análise do Gráfico nº 1 é possível verificar que a maioria dos gestores conhece totalmente ou parcialmente a localização da AUDIN no organograma do IFFar. Também se percebe que os gestores assessores afirmam conhecerem mais profundamente a posição da AUDIN no quadro administrativo que os gestores decisores.

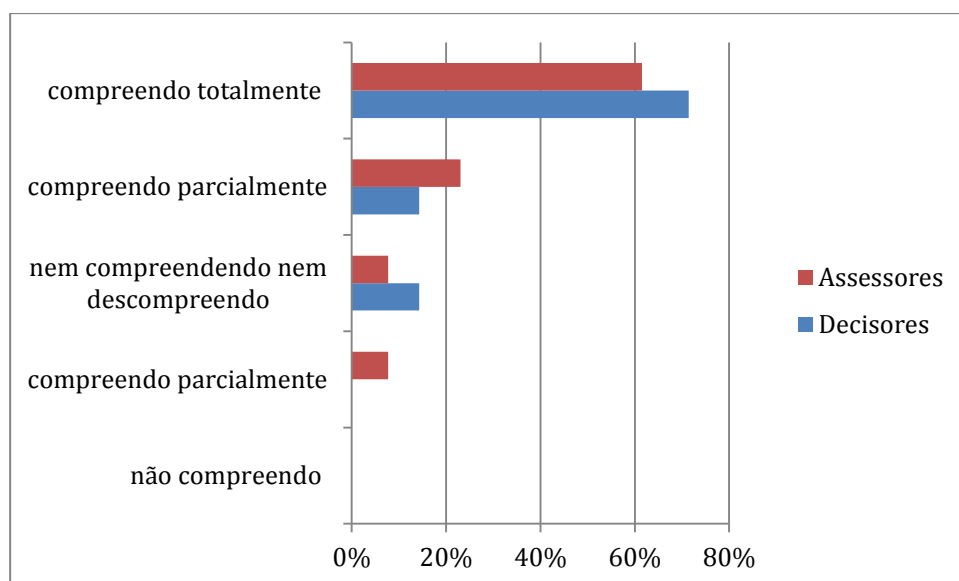


Gráfico nº 2: Pergunta 2.b - Compreende a função da auditoria interna no IFFar?

Em análise ao Gráfico nº 2 pode-se verificar que a maioria dos gestores compreende totalmente a função da auditoria interna no IFFar.

Inferiu-se pelas respostas sobre a localização da AUDIN na estrutura administrativa do IFFar e sobre a sua função no IFFar, que os gestores conhecem e compreendem essa localização e função, com resultados semelhantes entre os dois grupos de gestores.

Alternativa	1		2		3		4		5		mediana	variância
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
2.a - Conhece a localização da AUDIN no organograma do IFFar?	4	12%	0	0%	2	6%	8	24%	19	58%	5	1,76
2.b - Compreende a função da auditoria interna no IFFar?	0	0%	2	6%	3	9%	7	21%	21	64%	5	0,81

Tabela nº 12 - Medida de dispersão dos dados da seção 2.

A análise estatística da seção 2 do questionário resultou para a pergunta 2.a a mediana e a variância ($M=5$ e $V=1,76$) e para a pergunta 2.b ($M=5$ e $V=0,81$), indicando elevada dispersão nas respostas e indicando uma baixa concordância entre os respondentes, porém, o resultado indica uma forte tendência dos gestores a afirmar que conhecem a posição da AUDIN na estrutura administrativa e conhecem a sua função.

3.2.3. Seção 3: Percepção sobre os *outputs* da AUDIN

Nesta seção pretendeu-se saber a percepção dos gestores sobre os *outputs* da AUDIN, que são, em grande maioria, os relatórios de auditoria e as suas recomendações.

Sobre a frequência se as recomendações de auditoria interna chegaram até ao seu conhecimento, os gestores responderam da forma expressa no Gráfico nº 3.

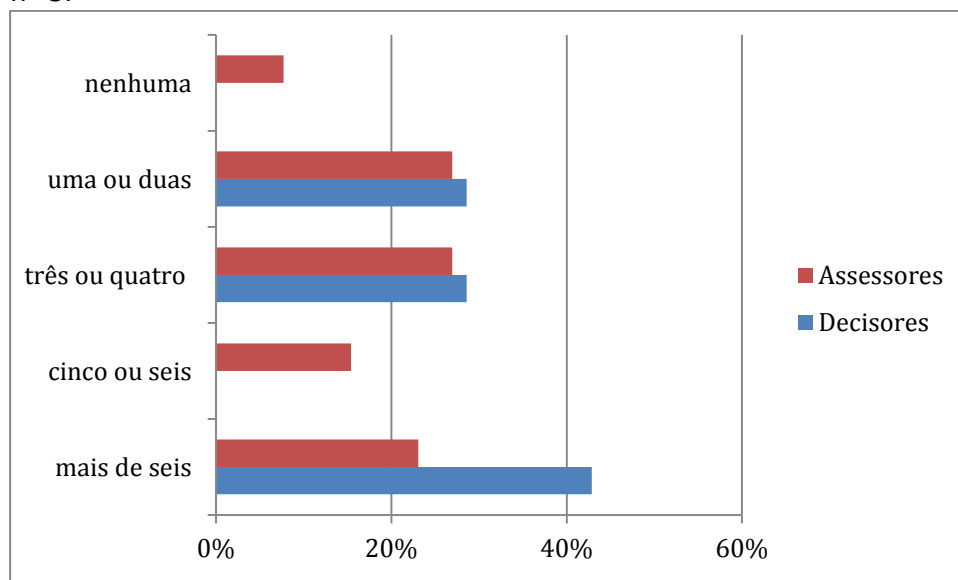


Gráfico nº 3: Pergunta 3.a - Quantas vezes as recomendações de auditoria interna chegaram até ao seu conhecimento?

Com base no Gráfico nº 3 percebe-se que as recomendações de auditoria interna chegaram ao conhecimento da grande maioria dos gestores.

Há a evidência de que os gestores decisores são os que mais recebem as recomendações.

Ainda há um índice de 8% de gestores assessores que nunca receberam uma recomendação de auditoria interna e esse dado pode conter o facto de a AUDIN estar a menosprezar algum setor ou área do IFFar.

O Gráfico nº 4 apresenta o resultado da pergunta 3.b, que procurou saber se os gestores consideram as recomendações de auditoria interna de fácil compreensão.

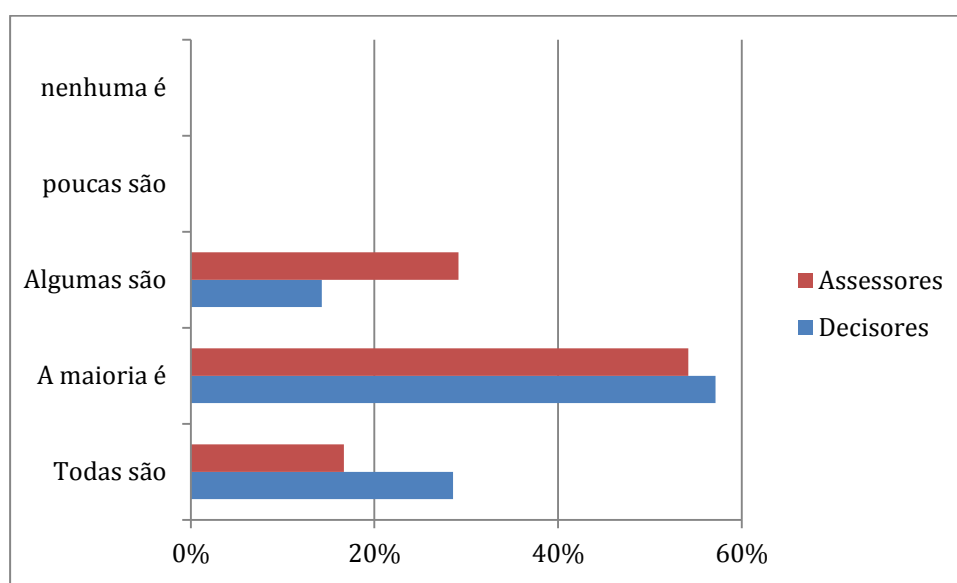


Gráfico nº 4: Pergunta 3.b - As recomendações de auditoria interna são de fácil compreensão?

Denota-se do Gráfico nº 4 que os gestores entendem que as recomendações de auditoria interna são de fácil compreensão, inclusive, merece atenção o facto de que não há menção de recomendação de difícil compreensão.

No Gráfico nº 4 pode observar-se que há uma propensão de os gestores decisores compreenderem um maior número de recomendações que os gestores assessores.

A questão 3.c, cujos resultados são demonstrados no Gráfico nº 5, inquiriu se as recomendações de auditoria interna focavam-se no essencial.

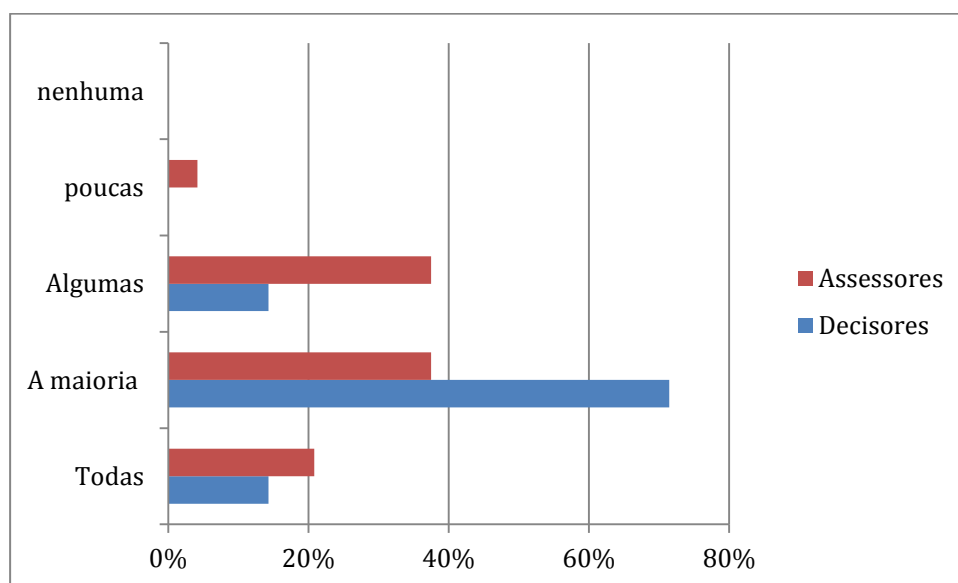


Gráfico nº 5: Pergunta 3.c - As recomendações de auditoria interna focam-se no essencial?

Decorrente do Gráfico nº 5 percebe-se que os gestores consideram que as recomendações de auditoria interna se focam no essencial, isto é, são significantes, característica que advém da importância que o achado de auditoria assume. Quanto mais uma recomendação possa ajudar quem a direção, o aparecimento de riscos ou a estrutura de controlos existente, mais relevante se torna.

O Gráfico nº 6 apresenta o resultado da pergunta 3.d, que foi se as recomendações de auditoria interna são exequíveis, isto é, se é possível implementá-las.

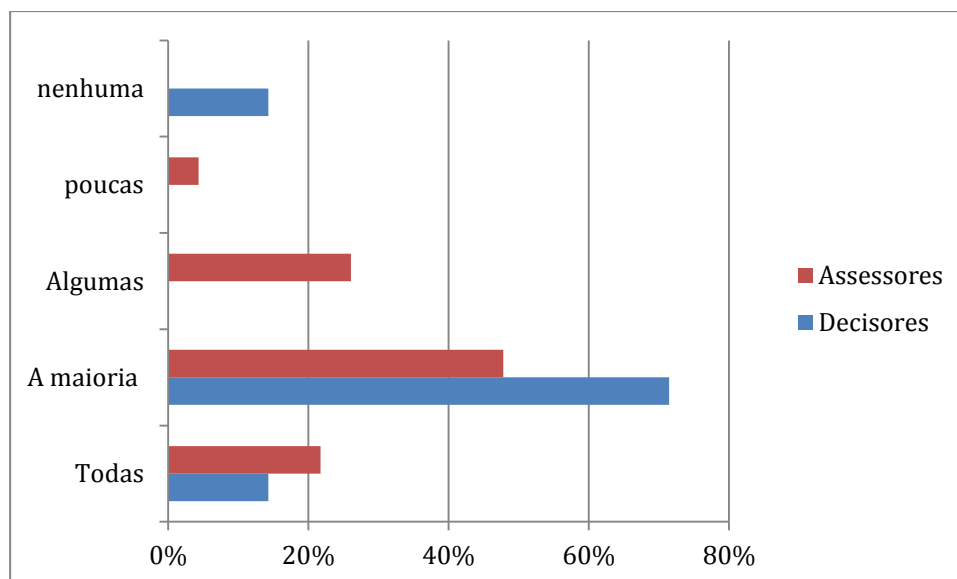


Gráfico nº 6: Pergunta 3.d - As recomendações de auditoria interna são exequíveis?

Depreende-se do Gráfico nº 6 que os gestores consideram que a maioria das recomendações são exequíveis, isto é, são passíveis de implementação.

Não obstante também merece atenção as afirmações nenhuma e poucas recomendações são exequíveis, pois 14% dos gestores decisores e 4% dos gestores assessores entenderam assim, deixando claro que há espaço para melhorias na confeção das recomendações.

Aprofundando mais sobre a exequibilidade das recomendações de auditoria interna, o Gráfico nº 7 demonstra a percepção do gestor sobre se as recomendações de auditoria interna são de fácil implementação.

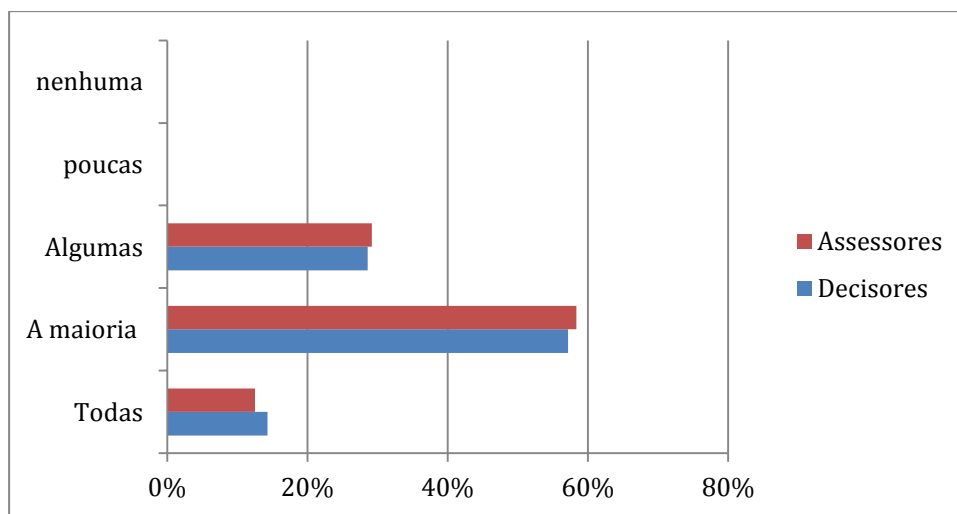


Gráfico nº 7: Pergunta 3.e - As recomendações de auditoria interna são de fácil implantação?

A questão 3.a trazia a resposta à investigação se as recomendações da auditoria interna são exequíveis, isso quer dizer, se é possível implementar as recomendações. Já nesta pergunta tem-se o objetivo de verificar se o gestor considera as recomendações de auditoria interna de fácil implementação, o que difere de ser possível de implementação.

Em análise ao Gráfico nº 7 pode-se perceber que a maioria dos gestores considera que as recomendações de auditoria interna são de fácil implementação.

O Gráfico nº 8 indica o resultado da questão 3.f que procurou captar a percepção dos gestores sobre se as recomendações de auditoria interna indicam soluções que evitam que a situação verificada venha a ocorrer novamente.

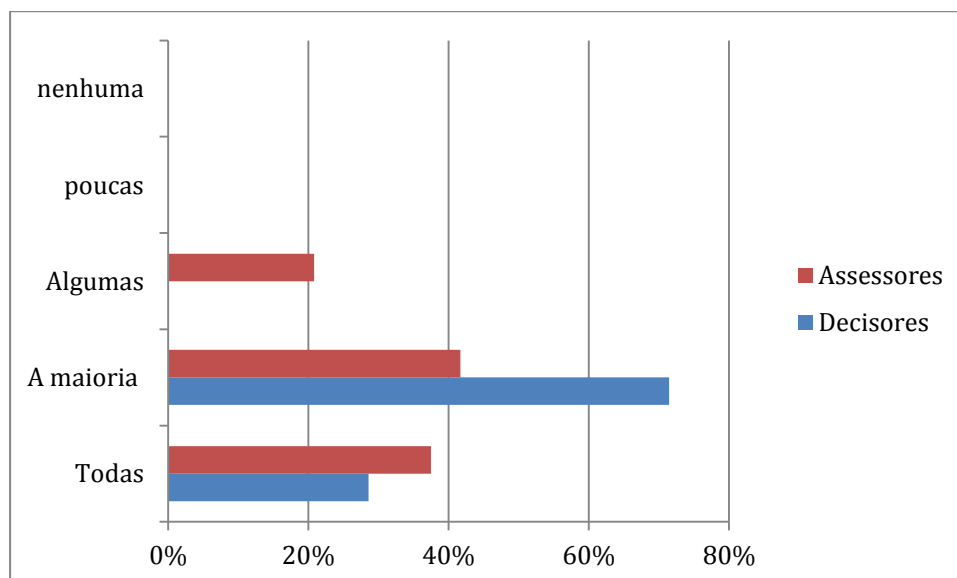


Gráfico nº 8: Pergunta 3.f - As recomendações de auditoria interna indicam soluções que evitam que a situação verificada venha a ocorrer novamente?

Essa pergunta traz em seu contexto uma característica importantíssima para a AUDIN: se as recomendações indicam soluções que atuam na causa do problema. As respostas sempre e quase sempre somam mais de 80% das respostas, indicando a assertividade das recomendações de auditoria interna, porém, deixando a ressalva de que nem todas as recomendações atingem esse grau de maturidade, exigindo, logo, mais atenção por parte da AUDIN para que esse índice possa aumentar.

A pergunta 3.g, cujos resultados são apresentados no Gráfico nº 9 procurou informações sobre a capacidade das recomendações de auditoria interna agregar valor à gestão.

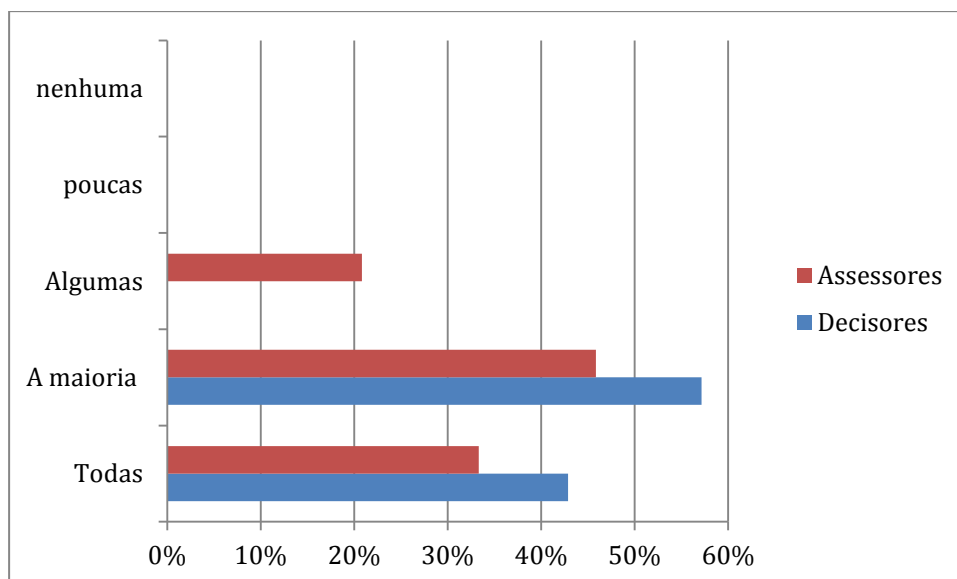


Gráfico nº 9: Pergunta 3.g - As recomendações de auditoria interna tem capacidade de agregar valor à gestão?

Diretamente relacionado ao facto de que se uma recomendação atua na causa do problema esta também tem a capacidade de agregar valor à gestão, de forma que, depois de resolvidas as suas causas, um problema não venha a ocorrer novamente.

Decorente do Gráfico nº 9 pode-se afirmar que, para o gestor, as recomendações sempre/quase sempre têm a capacidade de agregar valor à gestão.

A pergunta 3.h, sobre as razões específicas para não implementação das recomendações de auditoria interna teve relativamente poucas respostas. Do total de inquiridos, somente 30% responderam a essa questão. Ainda, considerando o universo dos que responderam a essa questão, 60% afirmam que não haveria razões para a não implementação das recomendações de auditoria interna. Ou seja, dos 33 respondentes ao inquérito, somente 4 (12%) trouxeram algum a razão específica para a não aplicação das recomendações de auditoria interna, não tendo sido constatado alguma razão mais frequente.

Para a análise, classificaram-se as respostas, já excluindo aquelas que afirmaram não haver razões para a não aplicação das recomendações de auditoria interna, procurando resumir a resposta numa expressão mais simples, na tentativa de se perceber o porquê de isso acontecer, como ensina Bardin (1977).

Por serem relativamente poucas respostas, pôde-se analisar uma a uma, com os comentários do autor segundo as características desejáveis das recomendações, estabelecendo as categorias iniciais, como segue:

O primeiro respondente afirma que “Ações impostas pelo governo Federal” seria a razão para a não aplicação das recomendações de auditoria interna. Entende-se que o respondente faz parte do governo federal, enquanto dirigente de uma autarquia, porém da administração indireta. Deduzimos, então, que o respondente faz menção às ações da administração direta, à qual o IFFar não tem discricionariedade, isto é, somente tem o dever de acatar as decisões desta, que, por vezes pode ser, de fato, razão para não aplicação das recomendações de auditoria interna. Numa uma palavra pode-se resumir a resposta em incompetência para aplicar as recomendações, uma vez que não compete ao respondente aplicar tais recomendações, logo, a AUDIN estaria recomendando algo inexecutável, impossível de se executar.

Já o segundo respondente usou as seguintes palavras para elencar as razões para a não aplicação das recomendações: “Quando extrapolam as atribuições da AUDIN”. Entende-se que o respondente afirma que há recomendações que ultrapassam os limites das atribuições da AUDIN, que seriam, resumidamente: Acompanhar o PPA; acompanhar a execução dos programas de governo; verificar a execução orçamentária; verificar o desempenho da gestão; orientar sobre os princípios e normas de controlo interno; examinar a prestação de contas anual e emitir parecer prévio; propor mecanismos para o exercício do controlo social; acompanhar a implementação das recomendações do SFCI e do TCU; comunicar fatos irregulares à Secretaria Federal de Controlo Interno; acompanhar o atendimento às solicitações do SFCI e do TCU; elaborar o Plano Anual de

Atividades de Auditoria Interna – PAINT e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN; rever, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área de competência, além de outras atividades relacionadas. Quando a AUDIN se afasta desse amplo rol de atribuições nas recomendações, e considerando a análise à luz do princípio da legalidade, estas tornam-se ilegais, por não estarem previstas em Lei.

O terceiro respondente escreveu que, razões para a não aplicação das recomendações seriam “Excesso de Formalismo, apontamento de questões de pouca relevância e apontamentos tardios não preventivos”. Depreende-se da afirmação, à luz das características desejáveis das recomendações, que estas trariam excesso de formalismo, irrelevância e intempestividade.

A resposta do quarto respondente foi “Nem sempre as recomendações da Auditoria são claras, inclusive nas possíveis soluções para o possível problema levantado. Algumas recomendações, interpretativas, divergem da interpretação da gestão sobre o tema. Geralmente constata-se possível problema, indica-se a base legal e/ou instrumental qualitativa da constatação, porém não há uma discussão conjunta, para a compreensão do problema levantado pela análise realizada, e conseqüentemente para a solução do problema. Constatações com base em legislações e documentos, que ainda estão a ser implementados na instituição, cenários estes que nem sempre são levados em consideração na análise da auditoria. Recomendações de que o gestor não possui capacidade discricionária para a solução do mesmo, aspecto este que nem sempre é levado em consideração”.

Esta resposta tem contida algumas razões, como falta de clareza; divergência de interpretações e falta de discricionariedade. A clareza é o primeiro atributo desejável de uma recomendação e deve ser sempre seguida; a divergência de interpretação é típica do sistema legal brasileiro, devendo a AUDIN utilizar a interpretação geralmente aceite, principalmente as interpretações do Tribunal de Contas da União - TCU.

Das quatro respostas analisadas, elegeram-se as seguintes categorias: Falta de clareza, diferença de interpretação, falta de discricionariedade do gestor,

inexequibilidade, ilegalidade, excesso de formalismo, irrelevância e intempestividade. Com o intuito de agregar as categorias similares, conforme demonstra o Quadro nº 5.

Quadro 5: Agregação das categorias intermediárias das razões dos gestores para a não aplicação das recomendações de auditoria interna em categorias finais.

Categorias intermediárias	Categorias finais (Características desejáveis nas recomendações de auditoria interna)
Falta de clareza	Falta de clareza
Diferença de interpretação	
Excesso de formalismo	
Falta de discricionariedade do gestor	Inexequibilidade
Inexequibilidade	
Ilegalidade	
Irrelevância	Irrelevância
Intempestividade	intempestividade

Em última análise, as recomendações de auditoria, segundo as razões dos gestores, não são aplicadas quando não claras, inexequíveis, irrelevantes ou intempestivas, ou seja, daquela minoria das recomendações que, segundo os gestores, não são implementadas, não o são por razões de falta de clareza, inexequibilidade, irrelevância ou intempestividade.

Sobre a percepção dos gestores sobre os *outputs* da AUDIN tem-se que, na sua maioria chegam até o gestor, são de fácil compreensão, focam-se no essencial, são exequíveis e de fácil implementação, mitigam riscos e ainda agregam valor à gestão.

A Tabela nº 13 recupera as respostas das perguntas fechadas da seção 3 e demonstra a análise da dispersão de dados.

Alternativa	1		2		3		4		5		mediana	variância
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
3.a - Quantas vezes as recomendações de auditoria interna chegaram até ao seu conhecimento?	2	7%	9	31%	0	0%	9	31%	9	31%	3,00	1,70
3.b - As recomendações de auditoria interna são de fácil compreensão?	0	0%	0	0%	8	26%	17	55%	6	19%	4,00	0,46
3.c - As recomendações de auditoria focam-se no essencial?	0	0%	1	3%	10	32%	14	45%	6	19%	4,00	0,63
3.d - As recomendações de auditoria interna são exequíveis?	1	3%	1	3%	7	23%	15	50%	6	20%	4,00	0,83
3.e - As recomendações são de fácil implementação?	0	0%	0	0%	9	29%	18	58%	4	13%	4,00	0,41
3.f - As recomendações de auditoria interna indicam soluções que evitam que a situação verificada venha a ocorrer novamente?	0	0%	0	0%	5	16%	15	48%	11	35%	4,00	0,49
3. g - As recomendações de auditoria interna têm capacidade para agregar valor à gestão?	0	0%	0	0%	5	16%	15	48%	11	35%	4,00	0,49

Tabela nº 13 - Medida de dispersão dos dados da seção 3.

A análise estatística das perguntas 3.b (M=4 e V=0,46), 3.c (M=4 e V=0,63), 3.d (M=4 e V=0,83), 3.e (M=4 e V=0,41), 3.f (M=4 e V=0,49) e 3.g (M=4 e V=0,49) têm em comum uma forte tendência às respostas positivas e uma dispersão relativamente baixa.

Já a resposta 3.a difere, com uma mediana de 3, que demonstra uma propensão a respostas neutras e uma variância de 1,70, que indica que há uma dispersão maior entre os respondentes.

3.2.4. Seção 4: Possíveis melhorias nas relações entre gestão e AUDIN.

A pergunta 4.a, pedia-se para dizer as razões pelas quais considera importante receber os relatórios de auditoria interna, revelou uma abstinência de 18%, com 6 respostas em branco.

Organizaram-se as respostas em categorias de análise, por ser esta uma pergunta aberta, de modo a que esse agrupamento tornasse possível a sua análise.

Na primeira coluna do Quadro nº 6 pode-se verificar as respostas obtidas no inquérito e na segunda coluna há uma categorização, que é apenas a extração da essência de cada resposta, alinhada com atribuições genéricas da AUDIN.

Quadro 6: Quadro de análise utilizada para estudar as razões da gestão para receber os relatórios de auditoria e a motivação para a AUDIN atender a estas razões, categorias iniciais.

RESPOSTA	CATEGORIAS INICIAIS
Ter acesso às análises/recomendações; utilizá-las para qualificar os processos; acompanhar a execução do PAINT.	acompanhar ações da AUDIN
Para acompanhamento e correção das ações.	acompanhamento de ações
Para acompanhamento e correção das ações.	correção de ações
Aperfeiçoamento das ações, dentro da legalidade.	melhorar ações
Garantem segurança na tomada de decisões administrativas.	segurança nas decisões
Relatório bem elaborado, com análise pertinente, traz informações relevantes para a tomada de decisão da gestão.	segurança nas decisões
Corrigir erros ou falhas pontuais de forma tranquila.	correção de erros

É importante para assessorar a gestão com o objetivo de corrigir erros cometidos para tomar medidas para evitá-los.	correção de erros
Evitar equívocos ou erros da gestão.	evitar erros
É importante para assessorar a gestão com o objetivo de corrigir erros cometidos para tomar medidas para evitá-los.	evitar erros
Servem para orientação para evitar reincidências de falhas.	evitar falhas
Melhor desempenho das funções do setor.	melhorar o desempenhos das funções
Realizar a gestão institucional de maneira adequada.	adequar a gestão
Aperfeiçoamento da gestão e suporte.	aperfeiçoamento da gestão
Há necessidade constante de aperfeiçoamento das ações de gestão, e neste sentido, o relatório de auditoria é ferramenta importantíssima para isso.	aperfeiçoamento da gestão
É importante para assessorar a gestão com o objetivo de corrigir erros cometidos para tomar medidas para evitá-los.	assessorar a gestão
De modo preventivo, para evitar futuros problemas e auxiliar na gestão corrigindo, quando necessário, procedimentos equivocados.	auxiliar a gestão
Para se ter uma visão mais detalhadas das ações da gestão.	conhecer a gestão
Melhorar as ações da gestão.	melhorar a gestão
Para avaliar como estão a ser executados os processos e melhorar a gestão com as contribuições da auditoria.	melhorar a gestão
Aperfeiçoar os processos da gestão.	melhorar os processos de gestão
Aperfeiçoamento da gestão e suporte.	suporte à gestão
Suporte à gestão, prevenindo por meio de um olhar interno possíveis problemas que poderiam tomar uma proporção maior aos olhos dos órgãos de controlo externos.	suporte à gestão
Mostra-nos como estamos em relação às várias exigências legais que estamos submetidos, além de apontar oportunidades de melhorarmos os nossos processos.	avaliar a legalidade
Aperfeiçoamento das ações, dentro da legalidade.	assegurar a legislação
Assegurar a legalidade das ações de gestão e melhorar a prestação do serviço que oferecemos à sociedade.	assegurar a legislação
É uma forma de saber se as ações da gestão estão em consonância ou não com os critérios considerados essenciais pela AUDIN e Legislação Vigente.	assegurar a legislação
Verificar se as regras estão de acordo com a Lei.	assegurar a legislação
De modo preventivo, para evitar futuros problemas e auxiliar a gestão corrigindo, quando necessário, procedimentos errados.	prevenção de problemas

Suporte à gestão, prevenindo por meio de um olhar interno possíveis problemas que poderiam tomar uma proporção maior aos olhos dos órgãos de controle externos.	prevenir problemas
De modo preventivo, para evitar futuros problemas e auxiliar a gestão corrigindo, quando necessário, procedimentos errados.	correção de procedimentos
Para avaliar como estão a ser executados os processos e melhorar a gestão com as contribuições da auditoria.	avaliação de processos
Mostra-nos como estamos em relação às várias exigências legais a que estamos submetidos, além de apontar oportunidades de melhoria dos processos.	melhoria de processos
Para a melhoria contínua e segura dos processos.	melhoria de processos
Ter acesso às análises/recomendações; utilizá-las para qualificar os processos; acompanhar a execução do PAINT.	melhoria de processos
Assegurar a legalidade das ações de gestão e melhorar a prestação do serviço que oferecemos à sociedade.	melhorar os serviços
Gostaria de receber relatórios para ter retorno sobre as perguntas feitas.	transparência
Pela transparência das ações.	transparência
Ter acesso às análises/recomendações; utilizá-las para qualificar os processos; acompanhar a execução do PAINT.	transparência

O Quadro nº 7 demonstra o agrupamento das categorias iniciais em categorias intermediárias, por afinidade entre as categorias iniciais e, após, o agrupamento das categorias intermediárias em categorias finais.

Essas categorias finais são as atribuições das auditorias internas do Poder Executivo Federal, trazidas pela Instrução Normativa do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União número 03, de 09 de junho de 2017.

Quadro 7: Quadro de análise utilizada para estudar as razões da gestão para receber os relatórios de auditoria e a motivação para a AUDIN atender a estas razões, categorias iniciais, intermediárias e finais.

CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
acompanhar ações da AUDIN	acompanhar processos	melhorar as operações
acompanhamento de ações		
correção de ações	melhorar processos	
melhorar ações		
correção de erros	correção de erros	

correção de erros			
evitar erros	evitar erros		
evitar erros			
evitar falhas			
melhorar o desempenhos das funções	melhorar processos		
adequar a gestão			
correção de procedimentos	melhoria de processos		
avaliação de processos	avaliação de processos		
melhoria de processos	melhoria de processos		
melhoria de processos			
melhoria de processos			
melhorar os serviços			
segurança nas decisões	dar segurança às decisões da gestão	auxiliar na realização de objetivos	
segurança nas decisões			
aperfeiçoamento da gestão	aperfeiçoar a gestão		
aperfeiçoamento da gestão			
melhorar a gestão	melhorar a gestão		
melhorar a gestão			
melhorar os processos de gestão			
assessorar a gestão	assessorar a gestão	fornecer avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em riscos	
auxiliar a gestão	auxiliar a gestão		
suporte à gestão	dar suporte à gestão		
suporte à gestão			
conhecer a gestão	transparência	avaliar a eficácia dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controlos internos	
avaliar a legalidade	avaliar controlos internos		
assegurar a legislação	assegurar os controlos internos		
assegurar a legislação			
assegurar a legislação			
assegurar a legislação			
prevenção de problemas	prevenção de problemas	aumentar e proteger o valor organizacional	
prevenir problemas			

Desta forma chegou-se às categorias finais, de modo à coincidir com as atribuições das auditorias internas do Poder Executivo Federal, sendo elas: melhorar as operações, auxiliar na realização de objetivos, fornecer avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em riscos, avaliar a eficácia dos

processos de governança, gestão de riscos e controles internos e aumentar e proteger o valor organizacional.

Quanto à pergunta 4.b, de que forma se poderia ampliar a comunicação entre a AUDIN e a Gestão, houve 23 respostas válidas para esta pergunta, totalizando 70%. As respostas foram organizadas em categorias de análise iniciais, seguido de classificação em categorias intermediárias e finais, demonstradas nos Quadros 8 e 9.

Quadro 8: Quadro de análise utilizada para estudar as formas que se poderia ampliar a comunicação entre a AUDIN e a gestão, com as respostas e categorias iniciais.

RESPOSTA	CATEGORIAS INICIAIS
Através de link de acesso direto aos relatórios.	acesso aos relatórios
As ações devem ser mais frequentes e de forma permanente.	ações mais frequentes
Ter um acompanhamento contínuo.	acompanhamento
Entendo que a equipa da AUDIN poderia realizar atividades itinerantes, de imersão no quotidiano da instituição, principalmente nas atividades finalísticas da instituição (ensino, pesquisa e extensão) de maneira a realizar uma atuação preventiva.	atividades itinerantes
A AUDIN mais presente faz observações e auxilia em orientações, não somente realizando apontamentos a serem corrigidos, pois caso ocorra o auxílio, os apontamentos serão minimizados.	AUDIN mais presente
Diminuindo o tempo entre uma e outra.	auditorias mais frequentes
Apesar de eu não ter certeza se existe, mas talvez ter um canal direto para os gestores contactar, sempre que necessário, a AUDIN. Se esse canal já existir, deveria ter uma maior divulgação do mesmo.	canal de contato
Reunião, projetos PID.	formações
Entendimento da gestão de que a AUDIN é fundamental para a instituição.	formações
Contato constante através do diálogo.	diálogo
Encontros mais frequentes, não apenas no sentido de oitivas/auditorias, mas de alerta/conscientização sobre os problemas mais frequentes identificados nos diferentes <i>campi</i> do IFFar.	encontros mais frequentes

Entendimento dos auditores que estes, fazem parte da instituição, e desta forma tem um papel imprescindível, na orientação e na construção de mecanismos para melhora nas ações institucionais. Nesse sentido uma participação maior neste sentido contribuiria muito com isso.	mais participação
Pela implementação de rotinas específicas, previstas no planejamento anual, estabelecendo periodicamente momentos de diálogo e de acompanhamento das recomendações entre a AUDIN e os gestores; pelo uso pleno do SIG - módulo AUDIN.	momentos de diálogo
Reunião, projetos PID.	reuniões
O gestor deve promover essa aproximação a partir de reuniões frequentes.	reuniões
Acredito que em reuniões com os gestores e também com um feedback pessoal, explicando e mostrando aos gestores a forma como deve ser feito. Não somente apontando os erros. Também acredito que um processo de padronização institucional de todos os processos melhoraria muito, pois todos os <i>campi</i> fazendo igual pode-se ter uma melhor análise e correção nos processos.	reuniões
Reuniões setoriais com as Pró-reitorias.	reuniões
Reuniões entre auditores e gestores.	reuniões
Reuniões de esclarecimento/capacitação.	reuniões
Reuniões periódicas com os gestores.	reuniões
Reuniões periódicas.	reuniões
Seminários organizados pela AUDIN abertos à comunidade acadêmica para que a mesma se familiarize com o trabalho da auditoria e sua importância para o cumprimento das ações institucionais.	seminários
Com mais esclarecimento sobre a funcionalidade da mesma.	treinamento

Quadro 9 – Quadro de análise utilizada para estudar as formas que se poderia ampliar a comunicação entre a AUDIN e a gestão, com as categorias iniciais, intermediárias e finais.

CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS
acesso aos relatórios	transparência	transparência
canal de contato		
formações	formações	formações
seminários		

treinamento		
formações		
ações mais frequentes	proximidade	aproximação
acompanhamento		
atividades itinerantes		
auditorias mais frequentes		
diálogo		
encontros mais frequentes	reuniões	
mais participação		
momentos de diálogo		
reuniões		
reuniões		
reuniões		
reuniões		
reuniões		
reuniões		
reuniões		
reuniões		
AUDIN mais presente		

A análise sobre de que forma se poderia ampliar a comunicação entre a AUDIN e a Gestão nos trouxe que é necessário investir em ações de transparência, capacitação e aproximação.

O Quadro nº 10 apresenta o resultado da pergunta 4.c, que procurou a percepção dos gestores sobre o auxílio da AUDIN na monitorização das recomendações.

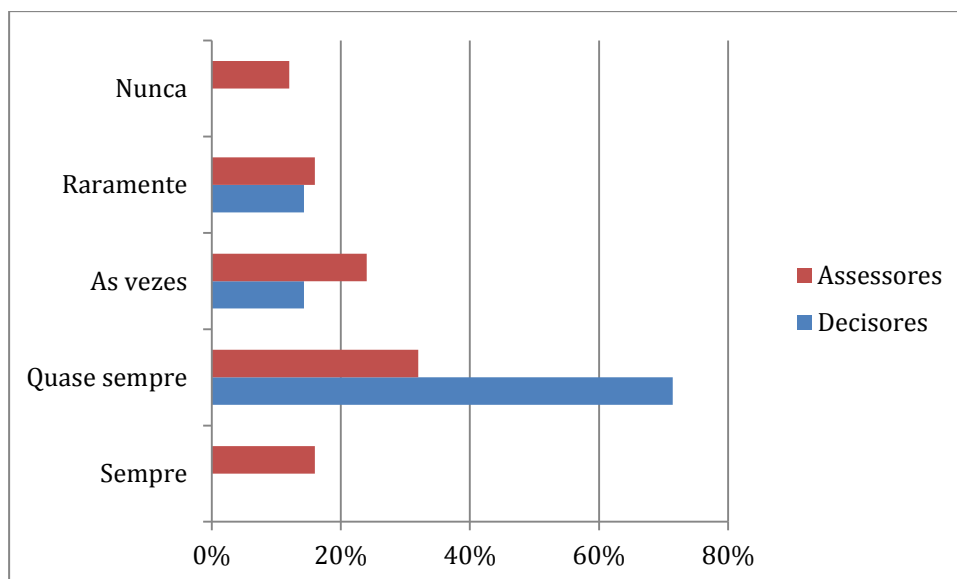


Gráfico nº 10: Pergunta 4.c - A AUDIN auxilia na monitorização das recomendações?

Na análise do Quadro nº 10, a AUDIN auxilia mais os gestores decisores que os gestores assessores no que concerne à monitorização das recomendações de auditoria interna.

Também demonstra o Gráfico nº 10 que há uma parcela de gestores, precisamente 12%, que afirma nunca ter recebido auxílio nesta monitorização.

A Tabela nº 14 demonstra a análise da dispersão dos dados obtidos através da questão fechada da seção 4.

Alternativa	1		2		3		4		5		mediana	variância
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
A AUDIN auxilia na monitorização das recomendações?	3	9%	5	16%	7	22%	13	41%	4	13%	4,00	1,38

Tabela nº 14 – Medida de dispersão dos dados da seção 4.

A análise estatística da Tabela nº 14, com mediana de 4 e variância de 1,38 indica tendência à resposta positiva, porém com uma elevada dispersão dos dados.

Quando inquiridos os gestores se estes se sentiriam confortáveis com o acompanhamento periódico das recomendações pela AUDIN, através da pergunta 4.d, estes responderam conforme demonstrado na Tabela nº 15.

Condição da recomendação	Quantidade	A.V.%
Sim	24	73%
Não	1	3%
Não responderam	8	24%
Total	33	100%

Tabela nº 15: Pergunta 4.d - Sentir-se-ia confortável com o acompanhamento periódico das recomendações pela AUDIN?

Inquiridos sobre o sentimento de conforto (que também significa comodidade, bem-estar, segurança, livre de tensão ou *stress*, tranquilidade, exequível, realizável), a maioria concordou, respondendo que se sentiria bem com o acompanhamento periódico pela AUDIN. Essa questão é importante, pois reporta-se diretamente a uma falta de independência, de sensação de estar a ser vigiado que o gestor pode sentir.

Neste capítulo apresentou-se a recolha documental e também a recolha de dados por inquérito eletrónico, com os seus respectivos tratamentos. Optou-se pelo uso de recursos gráficos pela facilidade de visualização de possíveis interessados nesta pesquisa.

3.3. PROPOSTAS DE MELHORIA

O objetivo específico de propor melhorias para reforçar os graus de adesão dos gestores às recomendações da auditoria interna, tratado neste subcapítulo, é abordado segundo as respostas dos próprios gestores ao inquérito por questionário tratado no subcapítulo “apresentação dos resultados do inquérito por questionário”, principalmente na sua Seção 4, possíveis melhorias nas relações entre gestão e AUDIN.

Depreende-se da pesquisa que a maioria dos gestores conhece exatamente a localização da AUDIN na estrutura administrativa do IFFar, principalmente os gestores assessores, sendo preciso melhorar essa percepção .

Sobre a função da AUDIN a pesquisa revelou que aproximadamente metade dos gestores não compreende totalmente, constituindo-se como mais uma oportunidade de melhoria.

Sobre os *outputs* a pesquisa revelou que as recomendações de auditoria interna nem sempre chegam a todos os gestores, deixando uma possibilidade de haver alguma área que não está a ser coberta pela AUDIN.

Sobre as recomendações, os resultados obtidos revelam que há espaço para que a AUDIN consiga melhorá-las, no entanto nem todas as recomendações são de fácil compreensão, se focam no essencial, são exequíveis, indicam soluções permanentes e têm capacidade de agregar valor à gestão.

Outra questão importante refere-se ao facto de os gestores terem afirmado que não aplicam as recomendações quando estas têm falta de clareza ou inexecutabilidade ou irrelevância ou intempestividade.

A seção 4 do questionário informa-nos sobre as possíveis melhorias nas relações entre gestão e AUDIN, que são: melhorar as operações; auxiliar na realização dos objetivos; fornecer avaliação, assessoria e aconselhamento baseado em riscos; avaliar a eficácia dos processos de governança, gestão de riscos e controlos internos e aumentar e proteger o valor organizacional.

Propõe-se para a melhoria das operações da AUDIN a implementação do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

Também se propõe que a AUDIN realize ações administrativas com o objetivo de aumentar a sua transparência, como divulgar e disponibilizar os relatórios de auditoria interna a todos os gestores.

Ainda, se propõe que a AUDIN realize ações de formação para os gestores, com o objetivo de melhorar a percepção dos gestores sobre a localização e função da AUDIN.

Propõe que a AUDIN invista numa aproximação com a gestão, mantendo canais de comunicação constantemente abertos.

Por fim, propõe-se que a AUDIN colabore fortemente na monitorização das suas recomendações.

4. **CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste capítulo pretende-se situar a pesquisa de acordo com os objetivos propostos e realizar uma reflexão sobre os mesmos, ao trinagular os dados obtidos com a revisão de literatura.

No final desta investigação que definiu como objetivo geral avaliar o grau de adesão da gestão do IFFar às recomendações da Unidade de Auditoria Interna e propor melhorias para reforçar o grau de adesão começamos por detalhar cada um dos objetivos específicos.

O primeiro, o segundo e o terceiro objetivos específicos estão intimamente ligados um ao outro, pois o primeiro procurou identificar as recomendações feitas pela AUDIN nos exercício de 2016 e 2017, o segundo pretendeu fazer o levantamento do número de recomendações referentes aos exercícios de 2016 e 2017 que foram implementadas, total ou parcialmente, e identificar quais foram essas recomendações enquanto que o terceiro pretendeu analisar a relação entre as recomendações feitas e as implementadas, ou seja, sendo complementares entre si poderão ser analisados em conjunto.

Na pesquisa documental identificou-se nos Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna do IFFar nos anos de 2016 e 2017 um total de 453 recomendações de auditoria emitidas pela AUDIN, destas, 48 constam como implementadas, o que se traduziu em 10,60% das recomendações.

Na literatura verificou-se que genericamente o maior objetivo da auditoria interna consiste em agregar valor à gestão, e que este é possível cumprir após a aplicação de metodologia específica de atividade de auditoria interna que gera recomendações à gestão, portanto, uma sequência lógica de atos e ações administrativas que passíveis de culminar na melhoria da gestão.

Essa análise permite-nos responder à primeira parte do objetivo geral, que consistiu na avaliação do grau de adesão da gestão do IFFar às recomendações da Unidade de Auditoria Interna.

Neste contexto comparou-se o resultado obtido expresso em percentagem de implementação, respetivamente de 10,60% das recomendações, com o Quadro nº 3 sobre o grau de adesão às recomendações da AUDIN, cuja percentagem se pode classificar como tendo um grau de adesão muito baixo (entre 0,1% e 19,99%).

Posteriormente procurou-se junto dos gestores, como quarto objetivo específico, a sua perceção sobre eventuais dificuldades na aplicabilidade das recomendações, e, desta análise resultou que, maioritariamente, os gestores não encontram dificuldades.

Não obstante, há uma parcela, pouco significativa mas que não deve ser desprezada, de gestores que trouxe como eventuais dificuldades a falta de clareza a inexequibilidade, a irrelevância e a intempestividade nas recomendações.

O quinto objetivo específico foi o de propor melhorias para reforçar os graus de adesão.

Com as respostas ao quarto e quinto objetivos específicos pode-se então responder à segunda parte do objetivo geral.

Da revisão de literatura percebe-se que a AUDIN pertence à estrutura administrativa do IFFar e que a interação desta com a gestão dá-se através dos relatórios de auditoria interna, que contêm as recomendações de auditoria.

Dos resultados obtidos, depreende-se que é importante para os gestores receber os relatórios de auditoria interna para melhorar as operações; para auxiliar na realização de objetivos; para fornecer avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em riscos; para avaliar a eficácia dos processos de governança, gestão de riscos e controlos internos e ainda para aumentar e proteger o valor organizacional.

Os resultados obtidos permitiram, ainda, verificar que para melhorar a comunicação entre a AUDIN e a gestão deve-se investir em ações de transparência, de reuniões periódicas e de formações para os gestores.

Segundo a percepção dos gestores há pouco auxílio na monitorização das recomendações, porém, este auxílio é recomendado pela literatura.

Como propostas de melhorias sugere-se que atenda-se às questões levantadas nesta pesquisa, a saber: que a AUDIN implemente o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal; que a AUDIN realize ações administrativas com o objetivo de aumentar a sua transparência, como, divulgar e disponibilizar os relatório de auditoria interna a todos os gestores; que a AUDIN realize ações de formação para os gestores; que a AUDIN invista numa aproximação com a gestão e ainda que a AUDIN auxilie fortemente na monitorização das suas recomendações.

Para futuros estudos sobre este tema deixa-se a sugestão de pesquisar o motivo pelo qual acontece a divergência nos dados levantada por esta pesquisa de o gestor afirmar não haver acentuadas dificuldades na implementação das recomendações de auditoria interna e mesmo assim haver uma muito baixa adesão.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, I. P. S. (1988). *Introdução à auditoria: área governamental*. Salvador: Egba.

Assembléia Nacional Constituinte (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Attie, W. (2009). *Auditoria Interna*. (2ª Ed.). São Paulo: Atlas.

Attie, W. (2011). *Auditoria: conceitos e aplicações*. (6ª Ed.). São Paulo: Atlas.

Bardin, I. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70

Brasil (1906). Decreto Nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906. *Crea uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio*. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>

Brasil (1909). Decreto Nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. *Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito*. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf

Brasil (1942). Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. *Lei Orgânica do ensino industrial*. Recuperado de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil (1953). Lei Nº 1.821, de 12 de Março de 1953. *Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1821.htm em 19 de junho de 2018.

- Brasil (1964). Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964. (2007). *Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e contrôles dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm.
- Brasil (1976). Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. *Dispões sobre as Sociedades por Ações*.
- Brasil (1978). Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6545.htm
- Brasil (1986). Decreto Nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. *Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm
- Brasil (1994). Lei Nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. *Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm
- Brasil (1996). Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm
- Brasil (1997). Decreto Nº 2.208, de 14 de abril de 1997. *Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm
- Brasil (2000). Decreto Nº 3.591, de 06 de setembro de 2000. *Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3591.htm

Brasil (2004). Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004. *Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.* Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm

Brasil (2005). Lei Nº 11.195, de 11 de novembro de 2005. *Dá nova redação ao § 5o do art. 3o da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994.* Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11195.htm.

Brasil (2006). Decreto Nº 5.773, de 09 de maio de 2006. *Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.* Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm.

Brasil (2007). Decreto Nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. *Institui o Programa Brasil Profissionalizado.* Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6302.htm

Brasil (2008). Lei Nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008. *Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.* Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.

Capes (2017). *Tabela de áreas do conhecimento/avaliação.* Recuperado de http://www.capes.gov.br/images/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_02012_atualizada_2017_v2.pdf

Cardoso T. F. L. (2005). *A reforma do ensino profissional, de Fernando de Azevedo, na Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz.* Revista Diálogo Educacional, volume 5, pp.79-92.

- Castro, D. P. (2009). *Auditoria e Controle Interno na Administração Pública*. (2ª ed.) São Paulo: Atlas.
- Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO (2013). *Controle Interno - Estrutura Integrada: Sumário Executivo*. Durham: American Institute of Certified Public Accountants.
- Conselho Federal de Contabilidade (1983). Resolução Nº 560, de 28 de outubro de 1983. *Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946*. Recuperado de http://cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_560.doc.
- Conselho Federal de Contabilidade (2003). Resolução Nº 986, de 21 de novembro de 2003. *Aprova a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna*. Recuperado de http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2003/000986.
- Conselho Federal de Contabilidade (2015). Resolução Nº 1.495, de 20 de novembro de 2015. *Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e dá outras providências*. Brasília. Recuperado de http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/001495.
- Conselho Nacional de Saúde (2011). Resolução CNS nº 441, de 12 de maio de 2011. *Dispõe sobre diretrizes para análise ética de projetos de pesquisa*. Recuperado de: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2011/reso441.pdf>
- Conselho Nacional de Saúde (2012). Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Dispõe sobre normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos*. Recuperado de: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. (2ª Ed.) Coimbra: Edições Almedina, S.A.

- Coutinho, C. P.; Chaves, J. H. (2002). *O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal*. Revista Portuguesa de Educação, 15(1), pp. 221-243. Recuperado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/492/1/ClaraCoutinho.pdf>
- Cronbach, J. (1951). *Coefficient alpha and the internal structure of tests*. Psychometrika, Vol. 16, Nº. 3. Illinois: University of Illinois
- Cruz, F. (2007). *Auditoria governamental*. São Paulo: Atlas.
- George, D., & Mallery, P. (2003). *SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference 11.0 update* (4th ed.). Boston: Allyn & Bacon
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (6ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Gomes, A. P. de O. (2012). *Elementos de Auditoria Governamental – Série provas e Concursos*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda.
- Hair Jr, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. (6ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- IIA – Institute of Internal Auditors (2017). *IPPF: International Professional Practices Framework*. Altamonte Springs: IIA. Recuperado de <https://iia.org.br/korbillod/upl/ippf/downloads/normasinternaci-ippf-00000001-02042018191114.pdf>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2010). *Prestação de contas anual: Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. Recuperado em <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2010). *Prestação de contas anual: Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. Recuperado em <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2011). *Prestação de contas anual: Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. Recuperado em <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2012). *Prestação de contas anual: Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. Recuperado em <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2009). *Estatuto do Instituto Federal de Ciência e tecnologia Farroupilha*. Recuperado de <http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20110693620341arquivoweb.id.1011.pdf>.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2013). *Prestação de contas anual: Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. Recuperado em <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2013). *Manual de redação oficial do IF Farroupilha*. Santa Maria: Ed. IFFAR.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2014). *Prestação de contas anual: Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. Recuperado em <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2015). *Prestação de contas anual: Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. Recuperado em <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2016). *Prestação de contas anual: Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. Recuperado em <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (2017). *Prestação de contas anual: Relatório de Gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha*. Recuperado em <http://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-institucionais>
- Marconi, M. & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos da Metodologia Científica* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2010). *Fundamentos da Metodologia da Pesquisa* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Mazza, A. (2011). *Manual de direito administrativo*. São Paulo: Saraiva
- Meirelles, H. L. (1985). *Direito administrativo brasileiro*. (11ª Ed). São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais.
- Ministério da Educação (2010). *Lula destaca política de interiorização do ensino superior e profissional*. Recuperado de : <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/16099-lula-destaca-politica-de-interiorizacao-do-ensino-superior-e-profissional>.
- Ministério da Educação (2016). *Histórico*. Recuperado de <http://redefederal.mec.gov.br/historico>.
- Ministério da Transparência e Controladoria –Geral da União (2001). Instrução Normativa Nº 01, de 06 de abril de 2001. *Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal*. Recuperado de <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-01-06042001.pdf>
- Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (2010). Portaria Nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010. *Aprova Norma de Execução destinada a orientar tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal*. Recuperado de http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/portaria_cg_u_2546_2010.pdf.
- Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (2015). Portaria Nº 522, de 04 de março de 2015. *Orienta tecnicamente os órgãos e*

entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal. Recuperado de https://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/portaria_cgu_522_2015.pdf.

Ministério da Transparência e Controladoria –Geral da União (2017). Instrução Normativa Nº 03, de 09 de junho de 2017. *Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.* Recuperado de http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_03_2017.pdf

Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (2017). Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Brasília: CGU

Ministério Público & Ministério da Transparência e Controladoria –Geral da União (2016). Instrução Normativa Conjunta Nº 01 de 2016. *Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo federal.* Recuperado de http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_mpog_01_2016.pdf

Nascimento, A.; Chamon, C. S. (organizadores). (2013). *Arquivos e história do ensino técnico no brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições.

Oliveira, L. M. (2008). *Curso Básico de Auditoria*. (2ª ed.) São Paulo: Atlas.

Pacheco, E. (2011). *Institutos Federais: Uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília. Editora Moderna Ltda.

Pinto, G. R. (2015). *O uso da auditoria interna como ferramenta de apoio à gestão de instituições federais de ensino: um estudo de caso em uma universidade do sul do Brasil* (Dissertação de mestrado). Santo Ângelo: URI.

Pizzatto, A. L. (2013). *A auditoria interna como instrumento de inteligência competitiva na formulação da estratégia no Instituto Federal Catarinense* (Dissertação de mestrado). Blumenau: Universidade Regional e Blumenau.

- Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2ª Ed). Novo Hamburgo: Feevale. Recuperado de <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>.
- Quintiere, M. M. R.; Rocha, A. C. (2009). *Auditoria Governamental - Uma Abordagem Metodológica da Auditoria de Gestão*. (1ª Ed). Curitiba: Juruá.
- Ribeiro, O. M. (1997). *Estrutura e análise de balanços fácil*. (5ª. ed.). São Paulo: Saraiva.
- Sá, A. L. (2007). *Curso de auditoria*. (10ª Ed) São Paulo: Atlas.
- Silva Neto, A. D. (2014). *Auditoria e gestão: um estudo de caso dos trabalhos auditorias realizados no IFES* (Dissertação de mestrado). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Silva, E. L. Da; Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. (4ª. Ed.). Florianópolis: UFSC.
- Silva, J. P. Da (2006). *Análise financeira das empresas*. (8ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Silva, M. M. da (2009). *Curso de auditoria governamental: de acordo com as Normas de auditoria pública aprovadas pela INTOSAI*. São Paulo: Atlas.
- Tribunal de Contas da União (2010). *Padrões de Auditoria de Conformidade*. Boletim do Tribunal de contas da União, ano XLIII, Nº2. Recuperado de: <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A14DB4AFB3014DBAC9E45D50F9>
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (5ª ed.). (C. M. Herrera, Trad.) Porto Alegre, RS, Brasil: Bookman.

APÊNDICES

Apêndice A - Inquérito por questionário com o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.

08/10/2018

Pesquisa de mestrado

Pesquisa de mestrado

Grau de adesão dos gestores às recomendações de auditoria interna - estudo de caso no IFFar

***Obrigatório**

1. **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE:** Convido o(a) senhor(a) a participar da pesquisa "Grau de adesão dos gestores às recomendações de auditoria interna - estudo de caso no IFFar", vinculada ao curso de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação do Instituto Politécnico do Porto. A pesquisa tem como objetivo avaliar o grau de adesão da gestão do IFFar às recomendações de auditoria interna e propor melhorias para reforçá-lo. Esta pesquisa foi aprovada em Comitê de Ética e tem autorização do dirigente máximo do IFFar para a aplicação. Sua participação consiste em responder a este questionário. Não é obrigatório responder a todas as perguntas. Sua participação é voluntária e espontânea. Não haverá despesa nem remuneração por esta participação. Os riscos serão mínimos por envolver a sua participação apenas nesse questionário e não apresentará riscos potenciais ou reais à sua dimensão física, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual em qualquer fase, no entanto, poderá haver algum desconforto em caso de desconhecimento do assunto. Neste caso poderá deixar de participar em qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento. A sua identidade será preservada e mantida em sigilo absoluto. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo são indiretos e consistem na possibilidade de agregar valor à gestão. Solicitamos a sua autorização para o uso dos dados obtidos para a produção de artigos técnicos, científicos, bem como da dissertação de mestrado resultante desta pesquisa. O tempo médio para responder ao questionário é de 15 minutos. Agradecemos a sua colaboração! Mestrando Giancarlo Décio Calliari, endereço Rua Vinte e Um de Abril, 42, Bairro Central, Santa Rosa, RS. Telefones: (55)984253860 / (55)20130200. Endereço profissional rua Cel. Braúlio de Oliveira, 1400, Bairro Central, Santa Rosa, RS. Professora orientadora Doutora Paula Romão. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Aceito
☐ Não aceito Pare de preencher este formulário.

Caraterização pessoal e profissional

2. 1.a - Qual o seu sexo?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Feminino
☐ Masculino

3. 1.b - Qual a sua idade?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menos de 20
☐ De 21 a 30
☐ De 31 a 40
☐ De 41 a 50
☐ mais de 51

4. 1.c - Qual o seu cargo?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Reitor ou Diretor Geral
- ☐ Pró-Reitor ou Diretor Assessor (DPDI, DAD, DE, DPEP)

5. 1.d - Há quanto tempo está investido no cargo?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Menos de 12 meses
- ☐ De 12 a 24 meses
- ☐ De 25 a 36 meses
- ☐ De 37 a 48 meses
- ☐ Mais de 48 meses

6. 1.e - Qual a sua formação (área)?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Exatas e da terra
- ☐ Biológicas
- ☐ Engenharias
- ☐ Saúde
- ☐ Agrárias
- ☐ Sociais Aplicadas
- ☐ Humanas
- ☐ Linguística, letras e artes
- ☐ Multidisciplinar

Percepção sobre a AUDIN, enquanto um Setor do IFFar**7. 2.a - Você conhece a localização da AUDIN nos organogramas do IFFar?***Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Desconheço totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Conheço totalmente

8. 2.b - Você compreende a função da auditoria interna no IFFar?*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Não compreendo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Compreendo totalmente

Percepção sobre os outputs da AUDIN

9. 3.a - Quantas vezes as recomendações de auditoria interna chegaram até seu conhecimento?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Nenhuma *Após a última pergunta desta seção, ir para a pergunta 17.*
- ☐ uma ou duas
- ☐ três ou quatro
- ☐ cinco ou seis
- ☐ mais de seis

10. 3.b - As recomendações de auditoria interna são de fácil compreensão?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Todas são
- ☐ A maioria é
- ☐ Algumas são
- ☐ Poucas são
- ☐ Nenhuma é

11. 3.c - As recomendações de auditoria se focam no essencial?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Todas
- ☐ A maioria
- ☐ Algumas
- ☐ Poucas
- ☐ Nenhuma

12. 3.d - As recomendações de auditoria interna são exequíveis?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Todas
- ☐ A maioria
- ☐ Algumas
- ☐ Poucas
- ☐ Nenhuma

13. 3.e - As recomendações são de fácil implantação?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Todas
- ☐ A maioria
- ☐ Algumas
- ☐ Poucas
- ☐ Nenhuma

14. 3.f - As recomendações de auditoria interna indicam soluções que evitam que a situação constatada venha a ocorrer novamente?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sempre
☐ Quase sempre
☐ As vezes
☐ Raramente
☐ Nunca

15. 3.g - As recomendações de auditoria interna têm capacidade para agregar valor à gestão?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sempre
☐ Quase sempre
☐ As vezes
☐ Raramente
☐ Nunca

16. 3.h - Há razões específicas para não aplicação das recomendações de auditoria interna? cite-as.

Possíveis melhorias nas relações entre gestão e AUDIN

17. 4.a - Descreva as razões pelas quais considera importante receber os relatórios de auditoria interna.

18. 4.b - De que forma poder-se-ia ampliar a comunicação entre AUDIN e a Gestão?

19. 4.c - A AUDIN auxilia no monitoramento das recomendações?*Marcar apenas uma oval.*

- ☐ Sempre
- ☐ Quase sempre
- ☐ As vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

20. 4.d - Você se sentiria confortável com o acompanhamento periódico das recomendações pela AUDIN?

Powered by



Anexos

Anexo A – Autorização para aplicação do questionário.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA
Rua Esmeralda, 430 - 97.115-080 - Falsa Nova - Camobi - Santa Maria - RS
Fone/FAX: (55) 3218 9502
E-Mail: gabreitoris@iffarroupilha.edu.br

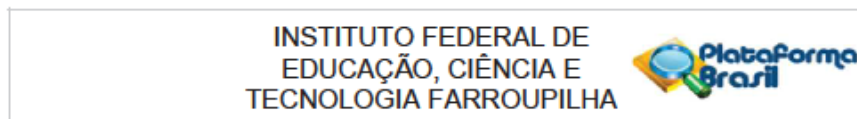
AUTORIZAÇÃO

Autorizamos o(a) servidor(a) GIANCARLO DECIO CALLIARI, Matrícula SIAPE Nº 1891850, ocupante do cargo de Técnico-Administrativo em Educação – Auditor, lotado(a) no Campus Santa Rosa do Instituto Federal Farroupilha, a aplicar questionários e entrevistas aos servidores do IFFar, para fins de pesquisa de dissertação relacionada ao tema do Auditoria Interna. Essa intitulada, provisoriamente, *Grau de adesão dos gestores às recomendações de auditoria interna - um estudo de caso no IFFar*, do Curso de Mestrado em Educação – Administração de Organizações Educativas da Escola Superior de Educação (ESE), do Instituto Politécnico do Porto.

Santa Maria/RS, 23 de julho de 2018.

NIDIA HERINGER
REITORA EM EXERCÍCIO
PORTARIA Nº 0052/2018
IF FARROUPILHA – RS

Anexo B – Parecer consubstanciado do CEP.



Continuação do Parecer: 2.770.191

humanos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é pertinente devendo ser observados os seguintes itens:

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão devidamente apresentados.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1079180.pdf	16/06/2018 10:44:33		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_Dissertacao_Giancarlo_Calliari_V2.pdf	16/06/2018 10:41:50	GIANCARLO DECIO CALLIARI	Aceito
Outros	Proposta_de_questionario_v4.pdf	15/06/2018 15:56:59	GIANCARLO DECIO CALLIARI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_questionario_v3.pdf	15/06/2018 15:54:32	GIANCARLO DECIO CALLIARI	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	14/05/2018 15:04:24	GIANCARLO DECIO CALLIARI	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Esmeralda, 355
Bairro: CAMOBI CEP: 97.110-767
UF: RS Município: SANTA MARIA
Telefone: (55)3217-0352 E-mail: cep@ifarroupilha.edu.br

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Grau de adesão dos gestores às recomendações de auditoria interna e estudo de caso no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Farroupilha

Pesquisador: GIANCARLO DECIO CALLIARI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 89577118.9.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.770.191

Apresentação do Projeto:

A pesquisa estudará a adesão da gestão às recomendações feitas pela Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal Farroupilha e proporá melhorias para agregar mais valor à gestão.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Avaliar o grau de adesão da gestão do IFFar às recomendações da Unidade de Auditoria Interna e propor melhorias para reforçar o grau de adesão. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a. Identificar as recomendações feitas pela AUDIN nos exercícios de 2016 e 2017;

b. Fazer o levantamento do número de recomendações referentes aos exercícios de 2016 e 2017 que foram implantadas total ou parcialmente e identificar quais foram essas recomendações;

c. Buscar a percepção da gestão sobre eventuais dificuldades na aplicabilidade das recomendações;

d. Propor melhorias para reforçar os graus de adesão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos devem ser avaliados pela Resolução 486/2012, pertinente à ética na pesquisa com seres

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@ifarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA



Continuação do Parecer: 2.770.191

SANTA MARIA, 13 de Julho de 2018

Assinado por:
Raquel Lunardi
(Coordenador)

Endereço: Rua Esmeralda, 355

Bairro: CAMOBI

CEP: 97.110-767

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3217-0352

E-mail: cep@ifarroupilha.edu.br

Página 03 de 03